



# PLANO DE GOVERNO

SOCORRO NERI & EDUARDO RIBEIRO

2021 / 2024



UNIÃO POR RIO BRANCO



## **EXPEDIENTE**

### **Equipe de Sistematização**

Silvia Brilhante, Aberson Carvalho, Ana Cristina Silveira, Janete Santos, Márcio Oliveira, Rozária Maia, Adriana Valente, Adriano Cavalcante, Cimar dos Santos, Cláudio Angelim, João Paulo Maia, Josué Santos, Luana Souza, Makson Sales e Thiago Higino

### **Projeto Gráfico Diagramação e Impressão**

Marcelo Xavier

### **Fotografias**

Assis Lima, Val Fernandes e Fagner Delgado

### **Tiragem**

500 unidades

### **Coligação União por Rio Branco**

PSB, PDT, Democratas, Solidariedade, Podemos, PV, PROS e PTC

2021 / 2024

# **PLANO DE GOVERNO**

**Socorro Neri & Eduardo Ribeiro**

## **APRESENTAÇÃO**

### **OS DESAFIOS DE UM MUNICÍPIO PARA SE REINVENTAR E SEGUIR AVANÇANDO**

O mundo atravessa um período de rápidas e profundas transformações ambientais, tecnológicas, políticas, econômicas, sociais e culturais, acompanhadas por intensa urbanização, aprofundamento da desigualdade social e por uma crescente sensação de crise de credibilidade institucional e de valores essenciais da humanidade. É com este cenário futuro que precisamos ser capazes de enfrentar os desafios deste novo século.

Uma das mais difíceis questões globais, que se materializa de forma local nos municípios, é o equilíbrio do desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental e a justiça social, direcionando-os para um desenvolvimento que seja verdadeiramente sustentável, sem abrir mão de uma governança transparente e democrática, que respeite a diversidade cultural e promova uma cultura de paz.

Temos consciência dos enormes problemas e demandas que se impõem e outros que se avizinham, mas também temos muito orgulho do trabalho que a equipe da Prefeitura de Rio Branco realiza diariamente. Já são muitos os resultados positivos alcançados, fruto de um intenso trabalho conjunto dos servidores municipais e da sociedade rio-branquense.

Sobre os desafios que são impostos à Rio Branco devemos, para enfrentá-los e superá-los, estar verdadeiramente preparados para a próxima etapa de desenvolvimento que as cidades vivenciarão. Para construir a agenda de sustentabilidade, em um pouco mais de 2 anos, Rio Branco passou a integrar 11 redes e iniciativas nacionais e internacionais que atuam na troca de experiência, mobilização e implementação de políticas públicas estruturantes, que visam diminuir a desigualdade social, construindo municípios mais justos, inclusivos e sustentáveis, de baixas emissões e resilientes.

Uma das principais marcas da gestão da Prefeita Socorro Neri é a gestão fiscal eficiente e eficaz. Rio Branco evoluiu em todos os aspectos que envolvem a gestão fiscal, desde o cumprimento das diretrizes de responsabilidade fiscal, garantindo os repasses às áreas prioritárias conforme os ditames constitucionais, até o volume de investimentos e racionalização do erário público. Essa forma de governar foi responsável por fazer com que, em tempos de crises (econômica e sanitária), Rio Branco tenha sido uma das poucas capitais brasileiras que conseguiu seguir investindo com recursos próprios.

A primeira e fundamental condição para o êxito de uma jornada que se quer longa e exitosa é saber aonde se deseja chegar. Definir prioridades é essencial para evitar que circunstâncias adversas nos retirem da rota que traçamos, por isso separamos um bom tempo para ouvir a população e planejarmos juntos, o que queremos para o nosso Município.

Este Plano de Governo foi elaborado com a participação da população a partir de 10 encontros temáticos virtuais que aconteceram nos meses de agosto e setembro, fizemos uma ampla consulta à sociedade de forma virtual, que contou com a participação de mais de mil pessoas. Recebemos 239 contribuições por meio destas reuniões, por e-mail e por aplicativo de mensagens, algumas destas contribuições, continham mais de 30 propostas. O Plano também é fruto de conversas sinceras, que tivemos com os moradores da cidade e da área rural, ao longo do tempo que estamos na gestão da Prefeitura, dos quais fomos guardando no coração e na mente, cada esperança, cada

reivindicação, cada bom conselho, cada dificuldade, cada sonho.

Nossas consultas constataram que os rio-branquenses desejam viver em um município que seja inclusivo, próspero, produtivo, criativo, educador, saudável e democrático, que proporcione uma boa qualidade de vida aos cidadãos, livre da violência e que permita a participação da sociedade em todos os aspectos relativos à vida pública.

As parcerias bem construídas e executadas, promovem sinergia e ampliam o alcance das políticas públicas. Esta Gestão trabalha de forma conjunta com vários setores da sociedade, a exemplo da parceria com o Governo Estadual.

Contem conosco para manter os avanços já conquistados, e liderar o processo contínuo de melhoria, por meio de uma governança da gestão pública voltada para estes propósitos.

Rio Branco, Setembro de 2020.

**Socorro Neri**  
**Eduardo Ribeiro**



# Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>8</b>
<b>MÉTODO DE ELABORAÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	<b>10</b>
<b>ESTRUTURA DO PLANO</b> .....	<b>10</b>
<b>EIXO 1- AS PESSOAS</b> .....	<b>12</b>
1.1. EDUCAÇÃO.....	14
1.2. SAÚDE.....	18
1.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	22
1.4. DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS.....	25
<b>MULHERES</b> .....	<b>25</b>
<b>IGUALDADE RACIAL</b> .....	<b>26</b>
<b>JUVENTUDE</b> .....	<b>27</b>
1.5. CULTURA.....	29
1.6. ESPORTE E LAZER.....	32
<b>EIXO 2 – O PLANETA</b> .....	<b>34</b>
2.1. MEIO AMBIENTE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DEFESA CIVIL.....	36
2.2. SANEAMENTO.....	40
2.3. ZELADORIA.....	41
<b>EIXO 3 – A PROSPERIDADE</b> .....	<b>44</b>
3.1. PLANEJAMENTO URBANO.....	46
3.2. HABITAÇÃO.....	48
3.3. MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO.....	50
3.4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TRABALHO E RENDA.....	53
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>53</b>
<b>TRABALHO E RENDA</b> .....	<b>54</b>
<b>TURISMO</b> .....	<b>55</b>
3.5. PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR.....	57
<b>EIXO 4 - GOVERNANÇA E PARCERIAS</b> .....	<b>60</b>
4.1. GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA.....	62
4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL.....	65
4.3. CIDADE INTELIGENTE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	68
4.4. SEGURANÇA.....	70
4.5. PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	72

## AGRADECIMENTOS

Nos últimos meses estivemos dedicados a responder as seguintes perguntas:  
- Qual a grande vocação do município de Rio Branco? - Como gostaria que Rio Branco estivesse daqui a 20 anos?

Consultamos muitas pessoas e ouvimos seus anseios. Este documento é o resultado do trabalho de muitos que se dedicaram a compreender e discutir nossos desafios e propor meios de superá-los, seguir avançando e inovando, rumo a um município seguro, criativo, sustentável, inclusivo e com justiça social.

Agradecemos a todas as pessoas que dedicaram um pouco do seu tempo, sugerindo, propondo, participando, dialogando e contribuindo na elaboração deste Plano de Governo. Nossos agradecimentos especiais aos partidos que compõem a coligação UNIÃO POR RIO BRANCO formada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Democratas (DEM), Solidariedade, Podemos (PODE), Partido Verde (PV), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Partido Trabalhista Cristão (PTC).

Este PLANO DE GOVERNO reúne as ações prioritárias a serem implementadas, para o enfrentamento dos desafios prementes, constituindo-se em um pacto de esperança e compromisso com as pessoas da nossa Rio Branco.

Gratidão!

## MÉTODO DE ELABORAÇÃO

Considerando o contexto de Pandemia do Novo Coronavírus, que atualmente vivenciamos, o processo de elaboração deste Plano de Governo se deu, na sua maior parte, de forma virtual. A possibilidade de poder consultar as pessoas de forma remota, embora não substitua em todos os aspectos as discussões presenciais, se apresentou como uma poderosa ferramenta de participação popular, que garantiu o exercício pleno da cidadania.

Nesse ambiente virtual, especialistas, gestores, empresários e a população de forma geral, pôde se manifestar e contribuir efetivamente com a elaboração deste Plano.

Aconteceram 10 reuniões remotas que contemplaram os seguintes aspectos:

**ONDE SE ESTÁ** (diagnóstico), por meio de dados históricos, indicadores, resultados e avanços da gestão municipal nos últimos dois anos;

**AONDE SE QUER CHEGAR** (prognóstico), a partir da explanação dos gestores e convidados especialistas no tema, das discussões e das aspirações da sociedade; e

**COMO SE VAI CHEGAR** (programas, projetos e ações), elaborados a partir das contribuições de todos os participantes.

As discussões se deram de forma temática, a partir das seguintes áreas: Meio Ambiente, Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil, Zedadoria, Habitação, Planejamento Urbano, Mobilidade, Transporte Público, Análise Territorial, Tecnologia da Informação e Comunicação, Cidades Inteligentes, Atividades Econômicas e recuperação pós-pandemia, Trabalho, Renda e Desigualdade Social, Produção e Agricultura Familiar, Transparência, Governança, Gestão Administrativa e Fiscal, Previdência Social, Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Políticas Afirmativas, Cultura, Esporte e Lazer.

As pessoas puderam participar das reuniões virtuais, além de enviar colaborações de forma eletrônica: por e-mail, criado exclusivamente para acolher sugestões, e por mensagens do aplicativo WhatsApp, disponibilizados para este fim.

## A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 nasceu de um consenso liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU), após um processo de consulta com os Estados-membros, sociedade civil e outros parceiros, para impulsionar ações de combate à pobreza e para promover o desenvolvimento sustentável, a prosperidade e o bem-estar para o ser humano em todo o mundo. O documento foi aprovado em 2015, durante a Assembleia Geral da ONU e é composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas distribuídas entre os ODS, trazendo uma dimensão mais concreta e integrada desta Agenda: a Agenda 2030.

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Seus princípios, metas e indicadores, foram adotados por este Plano de Governo e adaptados de acordo com a realidade local, contribuindo com uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro.

O Brasil é signatário desta Agenda, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveu e adaptou as METAS ODS para o Brasil <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>> e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolveu e adaptou os INDICADORES ODS para o Brasil <<http://www.estrategiaods.org.br/tag/ibge/>>.

Ao adotar a Agenda 2030 e os ODS como premissas e princípios basilares deste Plano de Governo já temos definidos um conjunto de diretrizes, programas e ações que orientarão o planejamento para uma Rio Branco rumo ao desenvolvimento sustentável, alinhada com os grandes desafios do Estado do Acre, do Brasil e do Planeta como um todo.

### ESTRUTURA DO PLANO

O Plano de Governo 2021-2024 | Socorro Neri & Eduardo Ribeiro está organizado em 4 eixos fundamentais, alinhados com os eixos trabalhados na Agenda 2030: as Pessoas, o Planeta, a Prosperidade e as Parcerias, tendo como pano de fundo, a Paz. Todas as políticas públicas e programas integrantes deste Plano, contribuirão para uma sociedade pacífica, justa e inclusiva, livre do medo e da violência. O Plano aborda uma visão integral rumo ao desenvolvimento sustentável com recorte das ações de curto prazo (primeiros 4 anos) constantes neste Plano de Governo 2021-2024, o qual tem a seguinte estrutura:

#### EIXOS FUNDAMENTAIS E SEUS OBJETIVOS

**1. AS PESSOAS** – Propiciar condições para que todos os cidadãos de Rio Branco possam alcançar seu potencial em matéria de dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. Abrange os temas: Educação, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Políticas Afirmativas, Cultura, Esporte e Lazer;

**2. O PLANETA** – Contribuir para a proteção do planeta contra a degradação, inclusive por meio do consumo e produção sustentáveis, da gestão sustentável de recursos naturais e de medidas urgentes para combater a mudança do clima, para atender as necessidades da presente e futuras gerações. Abrange os seguintes temas: Meio Ambiente, Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil, Saneamento e Zeladoria;

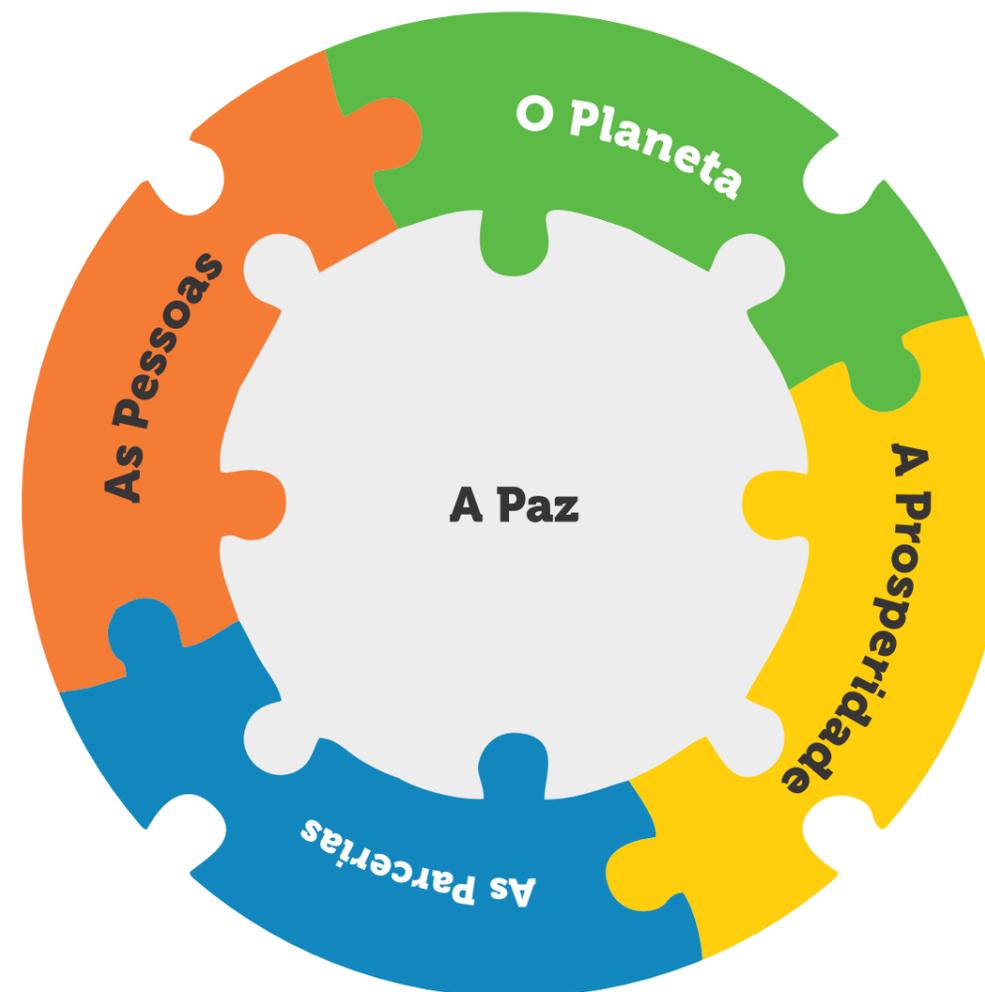
**3. A PROSPERIDADE** – Favorecer condições para que os rio-branquenses possam desfrutar de uma vida próspera e plena, com progresso econômico, social e tec-

nológico em harmonia com a natureza. Abrange os seguintes temas: Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho e Renda, Desenvolvimento Social, Produção e Agricultura Familiar, Habitação, Planejamento Urbano, Mobilidade e Transporte Público;

**4. AS PARCERIAS** - Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda Global de forma local, com base no espírito de solidariedade, com ênfase nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis, com a colaboração de todos e por meio de uma gestão eficaz. Abrange os seguintes temas: Tecnologia da Informação, Comunicação, Cidade Inteligente, Transparência, Governança na Gestão Pública, Gestão Administrativa e Fiscal, e Previdência Social.

Para cada um destes temas serão listados os projetos/ações em execução, que devem ser consolidados ou ampliados; também serão elencadas as novas propostas/ações para os próximos 4 anos que contribuirão para a visão de futuro da Cidade.

Figura 1 – Figura esquemática dos Eixos Estratégicos do Plano de Governo: o caminho para o desenvolvimento sustentável





# EIXO 1

# AS PESSOAS



Os temas abordados neste Eixo estão diretamente relacionados ao cidadão e cidadã como indivíduos atuantes na sociedade, e incluem os aspectos da educação formal, cultura e valores; define as iniciativas para a ampliação da atenção básica de saúde e da oferta de procedimentos de baixa e média complexidade, além da prevenção de doenças e de estímulo aos hábitos saudáveis da população, como a prática de exercícios físicos por meio da integração social, com a implantação de equipamentos voltados para a prática de esportes e saúde ocupacional.

Neste Eixo, os temas estão relacionados ao combate a qualquer forma de discriminação racial e à violência de gênero. Inclui ações voltadas para a melhoria de vida das pessoas em vulnerabilidade, o empoderamento da mulher, a geração de oportunidades às pessoas com deficiência, a atenção ao idoso, à criança ao adolescente e à população LGBTQIA+.



## 1.1. EDUCAÇÃO

A Rede Municipal de Educação de Rio Branco está estruturada em 87 unidades escolares pertencentes ao Município e outras 17 funcionando em parcerias, sendo 3 unidades conveniadas e 14 espaços comunitários.

Em 2020, foram matriculados 24.387 alunos na Rede Municipal. São 9.454 crianças na pré-escola, com uma taxa de cobertura de 77,9%; em creches, foram matriculadas 4.962 crianças, 2ª melhor taxa de cobertura das capitais da região Norte, 18,8%; além de 9.064 crianças matriculadas no Ensino Fundamental I e 907 alunos na Educação Especial.

A educação em Rio Branco tem se mantido como uma das melhores avaliadas entre as capitais brasileiras. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) revela que o ensino em nossas escolas tem alcançado a qualidade que nossos alunos, pais e professores almejam e merecem.

Rio Branco alcançou nota 6,7 em 2019, colocando nosso ensino em 2º lugar entre as capitais com o melhor índice em desempenho, ultrapassando a meta projetada pelo MEC.

Esse índice é resultado, principalmente, da qualidade da formação continuada dos professores, bem como do conjunto de investimentos na infraestrutura das escolas, na merenda escolar, na contratação de profissionais da educação, bem como na política de acompanhamento às escolas e apoio aos gestores, coordenadores e professores do Município.

O Município alcançou também, nota 5,2 no IOEB - Índice de Oportunidades da Educação Brasileira, alcançando o 2º lugar no ranking entre as capitais (2019). Este indicador mensura as oportunidades educacionais oferecidas para todas crianças e jovens em um município ou estado.

A escola que transforma, torna-se um ambiente sociocultural fomentador de conhecimento, criatividade, transformação, inovação e superação, combinando a disciplina, ética e participação, a partir de práticas voltadas para a aprendizagem, que valorizem o cotidiano escolar e o fortalecimento das relações entre o aluno, o professor e a comunidade.

O atendimento de creche a crianças com até 3 anos de idade, situa a educação como estratégica para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, pois cada vez mais, a mulher participa ou até garante o sustento da família no mundo do trabalho.

A pré-escola, por sua vez, com atendimento a crianças de 4 e 5 anos, é a etapa da educação que representa a base para o desenvolvimento dos aprendizados de alfabetização, letramento e interpretação, fundamentais para o desenvolvimento saudável da primeira infância.

Dentre o conjunto de ações que visam garantir a qualidade da educação, Rio Branco realiza o atendi-

mento especializado aos alunos com deficiência, em salas com recursos multifuncionais no turno inverso ao de sua escolarização, com profissionais preparados.

Como uma das metas do Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025), a universalização da pré-escola deve ser o desafio permanente da educação e da municipalidade, garantindo que as crianças tenham acesso à educação gratuita e de qualidade nessa importante fase de seu desenvolvimento.

Cuidar de quem educa é um importante caminho para garantir o sucesso nos resultados da educação. A valorização do processo de ensinar passa diretamente pela valorização do profissional da educação, docente e não docente.

O exercício dos profissionais da educação exige um sentido e um compromisso humano especial e como tal, merece atenção nas políticas públicas, que permitam garantias da segurança, do prestígio e da valorização das carreiras na educação. Rio Branco tem avançado nessa perspectiva de valorização. Algumas ações podem ser expressas nesse caminho, tais como a composição de um Plano de Cargos, Carreira e Salários, o cumprimento do piso salarial nacional, o adicional de insalubridade das merendeiras, bem como a contratação de servidores efetivos para o quadro da educação municipal, nos posicionando como a primeira capital a ter 100% do seu quadro de professores efetivos.

Nesta perspectiva, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores da Educação Pública do Município de Rio Branco sofreu alterações, na medida da capacidade financeira do Município, trazendo benefícios aos servidores, dentre os quais a criação da Gratificação de Incentivo à Aprendizagem, na categoria de verba permanente, regulamentação da distribuição da carga horária dos professores, definição das atribuições típicas dos profissionais da Educação Especial: Atendimento Educacional Especializado (AEE), Mediador, Libras e Bilingue e o tratamento mais justo e isonômico no valor da gratificação de Diretor e Coordenador Administrativo Escolar.

Outra ação de destaque da Gestão Socorro Neri foi a distribuição de material escolar a todos os alunos das 87 escolas da rede municipal de ensino, ação que teve por objetivo garantir boas condições de aprendizado.

Já em 2020, mesmo no período de suspensão das atividades escolares, em decorrência da Pandemia, a gestão da prefeita Socorro Neri manteve o apoio nutricional aos alunos, priorizando crianças de famílias inscritas no Programa Bolsa Família, como forma de prevenção ao novo coronavírus.

Na área da educação, as propostas apresentadas, buscam consolidar e ampliar esses avanços, ofertando um ensino público e de qualidade.



## PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Ampliar o Programa de Formação Continuada Municipal para os profissionais da educação;
- Fortalecer o Programa de Formação em Educação Especial para profissionais da educação;
- Dinamizar as ações de manutenção da infraestrutura das escolas;
- Expandir a infraestrutura de conectividade de alta velocidade nas escolas da Rede Municipal de Ensino;
- Consolidar o Sistema Digital de Informações da Gestão Escolar (matrícula, lotação, censo, vida funcional);
- Fortalecer o Portal da Escola, como ferramenta que propicie ambientes virtuais de aprendizagem, diversificando as atividades educativas e recreativas;
- Fortalecer o Centro de Multimeios, ampliando o atendimento à rede de ensino, por meio do aumento de equipe, insumos e infraestrutura de transporte;
- Criar dispositivos de combate à evasão escolar a partir de acompanhamento sistemático dos dados de matrícula, frequência e rendimento escolar;
- Melhorar o transporte escolar rural, por meio da aquisição de novos ônibus escolares;
- Consolidar o Programa de Atendimento Pedagógico Domiciliar – Educação Especial;
- Fortalecer o Núcleo dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), ministrando cursos básico e intermediário de Libras em Contexto;
- Readequar o Programa de Educação para as Emoções, com ênfase no enfrentamento da situação de pandemia e apoio emocional aos alunos e profissionais da escola;
- Concluir a adequação das estruturas físicas das unidades educativas, no que concerne às normas sanitárias, bem como a execução do Projeto de Combate a Incêndio e Pânico;
- Concluir o processo de credenciamento das escolas junto ao Conselho Municipal de Educação;
- Ampliar e fortalecer o Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Ampliar a oferta da educação infantil em creches e pré-escolas;
- Manter o fornecimento de material escolar, didático e de higiene pessoal para os alunos da Rede Municipal de Ensino;
- Fortalecer, os conselhos escolares, como espaços de discussão coletiva, participação e controle



social das ações setoriais integradas.

## NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES

- Criar o Centro de Formação Municipal para Profissionais da Educação Municipal;
- Revisar e atualizar o plano de carreira e remuneração;
- Implantar um programa de saúde especializada no auxílio da saúde vocal (cuidados com a voz) do professor, com a disponibilização de fonoaudiólogo, terapeuta e otorrino;
- Implantar Espaços Multimeios nas escolas da Rede Municipal de Ensino, dotados de mobiliário lúdico e kits de livros de literatura infantil e jogos educativos;
- Ampliar o investimento público em educação, a partir da nova Lei do Fundeb e das referências do Custo Aluno Qualidade (CAQ);
- Implantar a 2ª refeição no Programa de Alimentação Escolar, visando melhoria nutricional dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
- Realizar um novo ordenamento da rede de escolas públicas para ampliar o atendimento na educação infantil e universalizar o atendimento na pré-escola (Meta 1 PME) e anos iniciais do ensino fundamental, em Regime de Colaboração com o Governo do Estado;
- Criar um espaço de integração dos conselhos da área de educação – Casa dos Conselhos (Fundeb, de Alimentação Escolar, da Criança e do Adolescente, entre outros);
- Realizar, anualmente, a Semana dos Jogos Escolares, Recreativos e de Lazer, como uma oportunidade ao espírito esportivo, além de difundir os valores dos jogos coletivos;
- Criar o Programa Aluno Conectado, que fornece computadores para professores e alunos do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, como forma de propiciar ambientes virtuais de aprendizagem;
- Implantar o Programa Escola Ativa (parceria ONU) nas Escolas de Ensino Fundamental, transformando as escolas em espaços onde as atividades físicas cotidianas e as práticas corporais – no esporte, na dança, na ginástica, na expressão corporal – sejam tratadas como um capital para a vida;
- Implantar a Biblioteca Municipal, como um espaço sociocultural disponibilizando produtos e serviços para a comunidade em geral.

## 1.2. SAÚDE

O direito universal à saúde começa a se estruturar a partir do final de 1990 com a regulamentação de um Sistema Único de Saúde (SUS), que se expressa na Constituição de 1988, fruto de décadas de luta da sociedade brasileira, com participação solidária e complementar das três esferas de gestão – municípios, estados e união – compondo um sistema integrado e estruturado por níveis de atenção, sensível aos problemas de saúde locais e regionais, com ampla participação da sociedade.

Nesta divisão de funções coube aos municípios a oferta da atenção básica – também nominada Atenção Primária em Saúde (APS) – compreendida como o nível de atenção mais próximo da vida das pessoas, presente nas unidades de saúde da família, nos bairros, equipamentos sociais e até mesmo em suas casas.

Neste sentido, compreendemos a atenção básica como essencial para a oferta da maioria dos serviços de saúde demandados no cotidiano da vida das pessoas, que representam em torno de 80% do total de serviços ofertados por todo o sistema de saúde.

No período de 2018 a 2020 foram entregues cinco Unidades Básicas de Saúde nas localidades: Quixadá, Albert Sampaio, Aeroporto Velho, Vila Manoel Marques e São Francisco. Avançamos na reforma, ampliação e construção de estrutura própria, chegando a 46 unidades de saúde da família (USFs) distribuídas nas áreas urbanas e rurais, que abrigam 64 equipes de saúde da família e 06 equipes do programa de agentes comunitários de saúde, vinculadas a 12 unidades de referência da atenção primária (URAPs) – onde são oferecidos serviços complementares às USFs – Centros de Apoio ao Diagnóstico (CAD) - Imagem e Laboratório, Assistência Farmacêutica e serviços de atenção domiciliar (EMAD e Medicamento em Casa).

Todos esses serviços são gerenciados por prontuário eletrônico, onde são armazenadas todas as informações dos atendimentos aos pacientes, incluindo histórico de saúde, tratamentos e exames realizados – estes também disponibilizados diretamente ao paciente via on line.

As ações e serviços voltados aos mais vulneráveis, famílias em situação de risco, crianças, gestantes e idosos, pessoas portadoras de agravos crônicos, populações rurais, mitigação dos riscos inerentes às diversas atividades humanas e o cuidado com o trabalhador, constituem-se em prioridades da gestão da saúde municipal.

Partindo de nossa homenagem repleta de dor e saudade a todos que se foram, e outros que venceram a COVID-19, mas que permaneceram com alguma sequela física ou psíquica da doença, extensivo a todos os familiares, a amigos, e em especial, a todos os trabalhadores da saúde que ontem, hoje e por mais algum tempo futuro estiveram, estão e estarão no “front” do combate à pandemia, verifica-se a importân-

cia fundamental do SUS e do Município. Fica muito evidente a importância de um sistema de saúde forte e preparado para enfrentar este desafio corrente e os desafios vindouros nas suas mais variadas apresentações e necessidades, demandadas pelos diferentes agravos à saúde individual e coletiva.

A assistência segue se superando a cada desafio. Não foi diferente na pandemia. Equipes de saúde se desdobraram no atendimento e tratamento dos pacientes suspeitos e confirmados com COVID-19, seus familiares e contatos próximos, além da manutenção do atendimento presencial ou remoto de pacientes com outros problemas de saúde. Inovou na criação de uma central de teleconsultas cujo objetivo de atender remotamente com médicos, enfermeiros, nutricionistas e psicólogos foi plenamente atingido, oferecendo opção acessível e rápida ao atendimento de milhares de pessoas que optaram por não procurar as unidades de saúde. Além do lançamento da Campanha de Vacinação contra a Gripe Influenza – H1N1, com a inovação na modalidade drive-thru.

A parceria bem construída e executada, envolvendo instituições de ensino superior no telemonitoramento de pacientes com COVID-19, confirma a vocação de integração do setor de saúde para execução de políticas de interesse público.

Neste contexto, o paradigma da vigilância finalmente se concretiza. Enquanto sociedade, passamos a reconhecer a importância deste trabalho invisível que busca evitar ou mitigar o impacto dos problemas de saúde na medida em que atua no seu reconhecimento e propõe estratégias para enfrentá-lo, minorando seu impacto na saúde das pessoas. Este é o trabalho das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental, por exemplo, no controle da propagação do novo coronavírus, no estabelecimento de protocolos sanitários e na avaliação da qualidade do ar que respiramos. Neste caminho, são produzidas informações vitais que orientam a tomada de decisão pelos gestores da saúde e, atuando cada vez mais próximo à assistência, de forma integrada no território, agindo como catalizador de processos e soluções.

Todas essas ações refletem o esforço da Gestão Socorro Neri em ofertar uma saúde pública de qualidade. Neste sentido, desde 2018 tivemos vários avanços, dos quais destacamos a inauguração do Centro de Acolhimento Psicossocial – CAPS Samaúma, ampliando a atenção e o cuidado com as pessoas em sofrimento mental, reinserindo-os socialmente, garantindo sua autonomia e restabelecendo os laços familiares.

Outro destaque na gestão da prefeita Socorro Neri foi a parceria firmada entre Prefeitura e a Uninorte, ampliando a oferta de consultas com especialistas. Em 2019 foram 4.608 consultas por mês em áreas como pediatria, ginecologia e obstetrícia, psicologia e nutrição. Ainda nesse ano, ocorreu o lançamento do Programa Medicamento em Casa, com capacidade para atender 7.713 pessoas, com foco no atendimen-



to de pessoas com deficiências de locomoção e idosos acima de 65 anos.

Outra ação importante, foi a realização do Programa Saúde na Comunidade Fluvial, que atendeu mais de 11 localidades ao longo do Rio Acre, com aproximadamente 35 mil procedimentos realizados.

Mesmo diante desse cenário desafiador de uma pandemia que atingiu nossa cidade, uma corrente de esperança se fortalece na expectativa por um medicamento eficaz contra o vírus e uma vacina com capacidade para desenvolver imunidade ao grande contingente populacional.

Por fim, esta pandemia confirma definitivamente o que temos defendido em nossa luta por uma saúde pública acessível, resolutiva e de qualidade para todos. O futuro da humanidade caminha pari passu com o desenvolvimento, fortalecimento e proteção de sistemas de saúde universais que, mais preparados, serão responsáveis por respostas mais rápidas e eficazes aos desafios que certamente virão. Por isso, estamos prontos e motivados para construção de uma saúde mais forte, mais vigilante e ainda mais próxima das pessoas.

#### **PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS**

- Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estabelecendo os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos de substâncias psicoativas;
- Ampliar os serviços do Centro de Atenção Psicossocial, qualificando-o de CAPS II para CAPS III, possibilitando a oferta de vagas de acolhimento noturno e observação para pessoas de todas as faixas etárias com transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas;
- Ampliar a capacidade de atendimento das Equipes Multiprofissionais em Atenção Domiciliar (EMAD);
- Intensificar o acompanhamento prioritário e integral a crianças de zero a dois anos em todas as unidades de saúde;
- Fortalecer o programa de saúde escolar, avaliando e monitorando as condições de saúde dos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino, com ações de promoção e prevenção da saúde, capacitação dos profissionais da educação e da saúde;
- Ampliar a capacidade do Centro de Atendimento ao Autista Mundo Azul;
- Fortalecer o programa de saúde reprodutiva com ampliação das ações de planejamento familiar (inserção de DIU, vasectomia e laqueadura, esta última em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde);
- Ampliar o atendimento remoto,

ofertado pela central de teleconsultas;

- Qualificar os profissionais de saúde na perspectiva da educação permanente e estímulo à incorporação de práticas na rotina da oferta de serviços de saúde;
- Ampliar parcerias com instituições de educação dedicadas à formação de trabalhadores da saúde, nos níveis técnico e superior para oferta regular e estruturada de formação/treinamento em serviço;
- Melhorar a estrutura física do Centro de Controle de Zoonoses, sedes das vigilâncias sanitária e epidemiológica e da Central de Abastecimento Farmacêutico;
- Ampliar a utilização de espaços públicos para ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

#### **NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES**

- Implantar e implementar novas equipes multiprofissionais nas Unidades de Referência da Atenção Primária (URAPs) e Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASFs) para oferta de ações e serviços de retaguarda e matriciamento às Estratégias Saúde da Família (ESFs) no território;
- Implantar ambulatório com atendimento especializado em Saúde do Idoso, no Segundo Distrito;
- Criar Programa de Saúde Rural, estruturado a partir das necessidades de saúde das comunidades rurais e ribeirinhas, com garantia de acesso e resolutividade;
- Implantar uma Policlínica no Segundo Distrito;
- Implantar um Centro de Apoio Psicossocial Infanto-juvenil (CAPS i II);
- Implantar Serviço Residencial Terapêutico (SRT), em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde;
- Criar Observatório de Saúde, objetivando apoiar os espaços institucionais de articulação entre os diversos atores envolvidos na construção e implementação de políticas públicas de saúde;
- Criar um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que presta assistência especializada aos trabalhadores acometidos por doenças e/ou agravos relacionados ao trabalho;
- Desenvolver estratégias de educação popular em saúde, objetivando aproximação entre saberes e práticas de cuidado em saúde.



### 1.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política de assistência social dialoga diretamente com a necessidade das pessoas, famílias e grupos vulneráveis, a sua importância se reflete nas desproteções sociais que devem ser enfrentadas, como a erradicação da pobreza e da fome e no combate às diversas formas de violações de direitos, discriminações, rupturas sociais, principalmente, as que afetam crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Inserida no tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, esta política, de caráter universal, se efetivou no Município a partir de 2004, através da implementação de um conjunto integrado de serviços, programas e benefícios socioassistenciais, organizado através de um Sistema Único de Assistência Social – o SUAS, regulamentado pela Lei nº 12.435/2011, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, com definição de responsabilidades para as três esferas de governo.

A rede de proteção social no município de Rio Branco é composta de 8 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 2 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), 1 Centro de Referência Especializado para população em situação de rua (Centro POP), 2 unidades de acolhimentos para adolescentes, 1 unidade de acolhimento para população em situação de rua e, recentemente, tivemos a implantação de 1 unidade de acolhimento para migrantes. Também integram esta rede de proteção, 13 entidades socioassistenciais, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e, nacionalmente, vinculadas ao SUAS.

A condução nacional da política de assistência social, nos últimos 5 anos, vem sendo atingida por um processo de desmonte e retrocessos, legitimado pelo congelamento dos gastos públicos. Por outro lado, tivemos o aumento das demandas sociais, agravadas pela crise política e econômica, potencializadas pelas mudanças na legislação trabalhista e na previdência social.

Apesar deste cenário, a assistência social foi prioridade nesta gestão municipal, a qual aumentou os repasses do Tesouro para garantir a manutenção e a continuidade das ofertas socioassistenciais, sendo possível cumprir mais de 80% das ações previstas no último plano de governo e no Plano Plurianual (2018-2021).

Mesmo diante desse cenário de austeridade fiscal e desinvestimento, a Gestão Socorro Neri buscou expandir as políticas públicas de assistência social, com uma média anual de mais de 60 mil atendimentos nos 8 CRAS e mais de 600 atendimentos nos 2 CREAS e Unidades de Acolhimento. No período de 2018 a 2020, foram realizadas mais de 47 mil visitas domiciliares a crianças de 0 a 6 anos e mulheres gestantes através do Programa Criança Feliz e mais de 6,6 mil benefícios eventuais concedidos (cestas básicas, aluguel social, auxílio funeral e kit bebê).

Em relação à segurança alimentar e nutricional da população de Rio Branco foram distribuídas mais de 290 mil refeições pelo Restaurante Popular e mais de 350 toneladas de alimentos distribuídos anualmente pelo Banco de Alimentos a 62 entidades socioas-

sistenciais. No período da Pandemia, estas ações foram intensificadas, visando um maior suporte às pessoas em vulnerabilidade socioeconômica.

Muito embora as políticas de desenvolvimento social avancem, conforme dados da base do Cadastro Único dos Programas Sociais (agosto/2020), Rio Branco ainda tem 30 mil famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo 25 mil beneficiárias do Programa Bolsa Família. No Benefício de Prestação Continuada (BPC) estão inscritos 14.066 beneficiários, dos quais 9.621 são pessoas com deficiência, público prioritário da rede de proteção social.

Outro indicador que nos desafia é o crescimento do número de pessoas em situação de rua, atualmente, temos 282 pessoas. Sendo o uso abusivo de substâncias psicoativas e os transtornos mentais os principais fatores de risco.

A assistência social tem sido primordial no enfrentamento das diferentes questões sociais agravadas no contexto de pandemia da Covid-19, com o aumento exponencial da pobreza decorrente do desemprego, da informalidade, da desvalorização do salário mínimo e do aumento do custo da cesta básica. Para isto, far-se-á necessária a construção de estratégias que garantam a inclusão socioprodutiva, pautada na demanda local do mercado de trabalho, emprego e renda.

O aumento do fluxo migratório é outro desafio posto para o município de Rio Branco, que tem sido rota de passagem e local de permanência de migrantes, principalmente, de nacionalidade venezuelana, trazendo novas demandas que requerem a definição de uma política municipal de atenção, com a oferta de vagas em acolhimento institucional e o encaminhamento aos serviços e benefícios socioassistenciais, dentre outras políticas públicas. Em setembro de 2020, foi entregue para população o Abrigo ao Migrante, visando prestar assistência humanitária aos migrantes que passam por nossa Cidade.

É fundamental pensar a universalização da proteção social, sendo urgente o olhar para a população que vive nas áreas rurais e de difícil acesso, a exemplo dos ribeirinhos e extrativistas. Ampliar a cobertura das equipes de referência da proteção social básica nos territórios também é necessária, permitindo uma ação mais protagonista, através da intensificação da busca ativa e de ações de caráter preventivo, pautadas em indicadores de riscos sociais territorializados, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, favorecendo fatores de proteção.

Duas importantes dimensões que garantem a qualificação das ofertas socioassistenciais é a melhoria estrutural das unidades socioassistenciais e de segurança alimentar (Banco de Alimentos) e a composição de um quadro de recursos humanos permanente. A gestão avançou, nestes dois últimos anos, na melhoria das estruturas físicas, substituindo espaços locados por próprios, reformas, adaptações e ampliações, tendo como desafio para o próximo pleito a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.



Este Plano de Governo traz como premissa a participação das instâncias de controle social nas definições e implementações de toda a política, sendo que para construção das prioridades, partiu-se das últimas propostas das conferências municipais, dos planos municipais elaborados e das sugestões recebidas durante sua elaboração. Pensar o futuro, onde tenhamos uma rede de proteção social fortalecida, com as seguranças de renda, de acolhida, de convivência e de pertencimento garantidas à população nos remeteram às propostas aqui apresentadas.

#### **PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS**

- Fortalecer os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, através da reorganização do Projeto Clube do Talento, priorizando os adolescentes em cumprimento e egressos de medidas socioeducativas;
- Ampliar o número de atividades coletivas para crianças de 3 a 6 anos, alinhados ao Programa Criança Feliz para os 8 CRAS;
- Consolidar nos 8 CRAS o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas idosas e com deficiência;
- Implementar o Serviço de Acolhimento para os idosos;
- Ampliar as atividades coletivas com famílias e indivíduos acompanhadas pelos CRAS e CREAS;
- Estabelecer parcerias para ampliar o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias;
- Fortalecer serviços socioassistenciais aos migrantes;
- Fortalecer as entidades socioassistenciais, através de apoio financeiro e assessoramento técnico, visando orientar a elaboração de projetos sociais, captação e prestação de contas de recursos públicos e privados;
- Fortalecer os conselhos municipais de assistência social e de direitos;
- Fortalecer os equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional como Banco de Alimentos e Restaurante Popular e garantir o funcionamento da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN).

#### **NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES**

- Implantar equipes volantes para atendimento à população da área rural e de difícil acesso, incluindo a ribeirinha;
- Implantar Programa Municipal de Inclusão Socioprodutiva para o público do SUAS;
- Elaborar o Plano Municipal de Capacitação Permanente para os profissionais e outros atores que atuam no SUAS, com a colaboração do CMAS;
- Implantar Unidade de Acolhimento ao Idoso, na moda-



## **1.4. DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS**

Rio Branco deve ser reconhecido como um município em que o sentimento de pertencimento, solidariedade e justiça sejam referenciais nas pessoas. Deve ser um lugar onde se promova a igualdade de direitos e de oportunidades e em que se valorize a diversidade. A superação de vulnerabilidades, com o endereçamento de ações de maneira integrada e inequívoca, deve continuar sendo um pilar desta gestão.

Para que Rio Branco avance, ainda mais, na área de direitos humanos, é necessário continuar buscando a universalidade das políticas sociais como educação e saúde para toda população, bem como, a especificidade das políticas municipais para atendimento de populações vulneráveis, com programas que levem em conta marcadores sociais de diferença como raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, nacionalidade e deficiência. Além disso, Rio Branco dispõe de mecanismos para processar denúncias de violações de direitos humanos, assegurando assim a capacidade de resposta das políticas municipais aos anseios de todos munícipes.

Para que uma pessoa com deficiência possa viver de forma autônoma, exercendo plenamente seus direitos de cidadania e participação social, ela depende não somente da eliminação de barreiras urbanísticas e arquitetônicas, mas também da acessibilidade na comunicação e informação, no uso de tecnologias, nos transportes, na sinalização dos espaços e, principalmente, nas atitudes entre as pessoas.

Este Plano de Governo tem como princípio o desenho universal, por meio do qual as políticas, projetos e ações estão centrados no ser humano e na sua diversidade. A Prefeitura de Rio Branco zela pelo compromisso de promover os direitos de todos os cidadãos, diminuindo as barreiras e promovendo a acessibilidade em todas as suas dimensões.

Assim, interdisciplinaridade e intersetorialidade passam a ser – de forma inovadora – as características distintivas dos programas de apoio sócio familiar da Prefeitura de Rio Branco, que articularão diferentes políticas sociais básicas, integrando a ação de assistência e promoção social com as demais políticas setoriais municipais – em especial as de saúde, educação, habitação e defesa civil – além de manter estreita parceria com o Sistema de Garantia de Direitos (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselhos Tutelares).

### **POLÍTICAS PARA MULHERES**

As mulheres são vítimas de crimes de violência física e psicológica, resultante de um preconceito estrutural da sociedade brasileira.

Destaca-se, portanto, a importância de qualificar e melhor estruturar as políticas voltadas para as mulheres, especialmente no combate à violência, na inclusão produtiva e nas políticas de promoção da igualdade.

O Estado do Acre figura em 1º lugar em relação a taxa de feminicídio do país, situação agravada com a Pandemia, aumentando a violência contra as mulheres em 300%. Outro tema que merece destaque é o direito da mulher sobre o seu corpo. O SUS atende 100 vezes mais casos pós-aborto do que faz interrupções legais. Essa informação expõe falhas nas políticas contracep-

tivas e demonstra a necessidade de se ter serviços de saúde especializados para mulheres.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2020, com base nos dados do IBGE, as mulheres brasileiras ainda ganham 71,3% do que recebem os homens. Esta distância tem diminuído nos últimos anos: em 2004, por exemplo, os salários das mulheres eram, em média, 62,9% dos recebidos pelos homens. Apesar da melhora, esse ritmo aponta que serão necessários mais 20 anos para que ambos os gêneros atinjam remuneração equivalente.

Na gestão da Prefeita Socorro Neri, mais da metade dos cargos da alta gestão são exercidos por mulheres (Finanças, Planejamento, Controladoria, Procuradoria, Ouvidoria, Corregedoria, Saneamento, Assistência Social e Direitos Humanos, Transporte e Trânsito, Educação, Saúde e Comunicação), ressaltando a importância de quando uma mulher está à frente da gestão, ela abre caminhos para a ascensão de novas mulheres em cargos gerenciais, aumentando o empoderamento feminino.

Como resultados do período da gestão Socorro Neri podemos destacar: 3.500 mulheres em situação de vulnerabilidade social beneficiadas com cursos profissionalizantes e atendimento de assistência social, jurídico e psicológico, pela Casa Rosa Mulher.

Este Plano de Governo expressa o compromisso de investir, ainda mais, na construção de uma sociedade justa e igualitária, longe do preconceito e do machismo, o que pode ser constatado nas propostas apresentadas na sequência.

## PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

As transformações ocorridas e os desafios ainda a serem vencidos dez anos após o início da vigência do Estatuto da Igualdade Racial são objeto de uma atenção especial por parte desta gestão.

O racismo já é reconhecido como um fenômeno estrutural da sociedade brasileira e tem garantido à população, através de leis, a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Nesse sentido, prevê mecanismos para combater a discriminação racial ou étnico-racial, entendida como "toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada".

Na gestão Socorro Neri as ações realizadas, buscaram erradicar o racismo institucional, entre outras formas de racismo; à exemplo do estudo que mapeou a juventude negra de Rio Branco e o lançamento do Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Destaca-se ainda, o atendimento a 1.610 pessoas por meio de Campanhas de Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo.

Considerando que 71% da população de Rio Branco é negra/parda, justifica-se ainda mais a busca por uma sociedade igualitária e democrática, e esta sociedade está diretamente relacionada à inclusão política e social das

pessoas.

## POLÍTICAS PARA JUVENTUDE

Uma política pública destinada à juventude deve levar em consideração, por princípio, que é um tema que abrange vários setores, cruzando transversalmente várias políticas municipais. Trata-se, dessa forma, de uma visão que difere de uma abordagem mais tradicional de políticas públicas, que são formuladas, implantadas e operadas isoladamente, levando a um atendimento fragmentado ao cidadão. Há a necessidade, portanto, de promover a articulação das respostas públicas às demandas formuladas numa perspectiva multissetorial e multidisciplinar, de forma a contemplar os diferentes segmentos e as necessidades dos jovens.

Nessa perspectiva, é importante que o governo municipal evite considerar os jovens apenas como público-alvo de uma política pública. Mais do que isso, é preciso reconhecer suas capacidades como atores coletivos, participantes ativos do desenho e implementação das políticas públicas. Para isso, é importante o envolvimento de lideranças e organizações legítimas na área da juventude, mas também é fundamental a articulação de fóruns e de encontros para discussão dos problemas, propostas e soluções.

A atual gestão tem buscado consolidar e ampliar diversas ações para a juventude rio-branquense, das quais destacamos os seguintes resultados: realização da 3ª e 4ª edições do Festival Estudantil da Canção (FEC), com participação de 494 jovens; o atendimento de 10,5 mil jovens, pelo programa Juventude e a Cidade, além do atendimento anual de 190 universitários pelo Programa de Bolsa-Estágio, que recruta jovens para estagiar nos diversos órgãos da gestão municipal.

## PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Realizar de forma periódica as Conferências Temáticas (Direitos da Pessoa Idosa, Criança e do Adolescente, entre outras);
- Atualizar a Política Municipal do Idoso;
- Ampliar oferta de vagas em instituição de longa permanência para idosos (ILPI);
- Integrar políticas setoriais para os idosos nas áreas de saúde, mobilidade, educação e cultura;
  - Reestruturar o Serviço de Atendimento de Transporte aos Usuários Portadores de Deficiências Severas (SAUD) de forma a melhor atender as pessoas que não apresentam condições de acessibilidade autônoma aos meios de transportes convencionais;
  - Ampliar a prestação de serviços socioassistenciais e o acesso a benefícios, fortalecendo a rede de proteção social às crianças e adolescentes, incluindo o atendimento aos familiares ou responsáveis;
- Fortalecer a estrutura e funcionamento dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares;
- Fortalecer as parcerias com o Ministério Público, Varas da Infância e órgãos de segurança pública para a proteção de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual;
- Implantar o Plano Municipal de Políticas para Mulheres;
- Ampliar o programa de formação



de mulheres, visando sua capacitação profissional, resultando em autonomia econômica;

- Ampliar, articular e aperfeiçoar os serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade social;
- Articular com a rede de proteção a mulher, ações e programas de combate à exploração sexual (tráfico de mulheres e turismo sexual);
- Ampliar as ações e campanhas multisetoriais, em especial aquelas que enfrentam o machismo, a desigualdade de gênero, o racismo e a discriminação da pessoa LGBTQIA+;
- Implantar o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial;
- Finalizar o processo de regularização fundiária das Casas/Terreiros de Religião de Matriz Africana, assegurando direitos;
- Implantar o Plano Municipal de Políticas para Juventude;
- Ampliar ações que promovam a ocupação dos espaços públicos de lazer pela juventude.

### NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES

- Elaborar e implantar o Plano Municipal Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Elaborar diagnóstico situacional das pessoas com deficiência no município de Rio Branco;
- Contemplar, em normas urbanísticas, o crescimento da população idosa e as necessidades de pessoas com deficiência, incluindo espaços apropriados nas praças públicas e áreas verdes;
- Criar o Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, destinando recursos próprios e viabilizando captação de recursos para a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- Criar e implantar o Programa Geração Alpha com ações de educação, saúde, cultura (música, teatro, capoeira, entre outros), esporte e lazer no contra turno escolar, visando desenvolvimento integral de crianças e adolescentes;
- Criar e implantar o Programa #ELASPODEM+ com ações de empreendedorismo, formação profissionalizante, inclusão produtiva e apoio jurídico e psicossocial para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, violência doméstica e sexual, e egressas do sistema prisional;
- Criar e implantar o Programa Juventude 2030 com ações de preparação para o ENEM, visando o acesso à universidade, fortalecimento ao empreendedorismo, oferta de bolsa-estágio e bolsa trainee;
- Direcionar a política municipal de saúde da população negra, conforme preconiza a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Ministério da Saúde, 2009), população que representa 67% do público total atendido pelo SUS (Ipea, 2008), contribuindo com a redução das desigualdades étnico-raciais.



## 1.5. CULTURA

Cada vez mais a cultura ocupa um papel central no processo de desenvolvimento, exigindo dos governos o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo. Políticas que reconheçam, protejam, valorizem e promovam a diversidade das expressões culturais presentes em seus territórios; que democratizem os processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais; que trabalhem a cultura como um importante vetor do desenvolvimento sustentável; e principalmente, que promovam o diálogo intercultural disseminando uma cultura de paz, onde as manifestações artístico-culturais são uma importante ferramenta para a disseminação dessa cultura, inspiração e meio para mudanças.

Compreende-se que a atuação democrática do município na gestão pública assegura os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação. Cabe, então, ao município assumir suas responsabilidades e, com a participação da sociedade, construir os instrumentos de gestão e implementar as políticas públicas de cultura que respondam a esses desafios.

Rio Branco já possui o Sistema Municipal de Cultura, que ao longo dos anos, foi responsável pela elaboração de importantes ações que colaboraram no processo de discussão, onde o poder público e sociedade civil organizada, participaram deliberando sobre as necessidades e demandas na construção de uma política cultural democrática.

Ao se pensar uma política cultural para os próximos 20 anos, compreende-se que é fundamental estabelecer a continuidade de ações e apontar programas que busquem a valorização da cultura local, com a ampla participação dos envolvidos na construção de uma Rio Branco referendada em todo país pelo seu grau de valor humano, cultural e social.

Neste sentido, se faz necessária a elaboração de programas e projetos estratégicos que dialoguem com as diversas áreas de atuação da sociedade, concretizando assim, a relação entre cultura e desenvolvimento, no seu conceito mais pleno.

Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social, como ferramenta de promoção de uma cultura de paz, e também, como fator econômico gerador de riquezas.

Na área da Cultura, aconteceram avanços significativos, dos quais destacamos as melhorias na infraestrutura dos equipamentos culturais existentes, além da entrega de mais um Centro Cultural no bairro Taquari. Os Centros Culturais Lydia Hammes, Neném Sombra, Capitão Ciríaco e Thaumaturgo Filho passaram a ter atendimento ampliado, voltado à população, com atividades culturais gratuitas: aulas de ballet e jazz clássico, aeroginga, capoeira,

violão, dança cultural e desenho.

A Gestão Socorro Neri, além de implementar as ações do Calendário Cultural, ampliou o orçamento destinado à Cultura, com incremento nos recursos destinados ao Fundo Municipal de Cultura, ampliando a capacidade de apoio aos fazedores de cultura, via editais de patrimônio, com 34 projetos apoiados em 2020, bem como, edital de pequenos apoios, com 24 projetos.

Na pandemia, foram implementados o MoveMente em casa, projeto que levou aulas, através de lives, para a população, e 33 apresentações do FESTVIDA – Arte de casa para o mundo, ações lançadas emergencialmente para auxiliar artistas durante a quarentena. Atualmente, diversas ações para operacionalização da Lei Aldir Blanc, com diversos editais abertos via Fundo Municipal de Cultura (FMC) para apoio aos trabalhadores da área de cultura estão em andamento.

É fundamental promover e disseminar valores, atitudes e comportamentos que conduzem ao diálogo, à não violência e à aproximação das culturas, em consonância com os princípios da Declaração Universal da Diversidade Cultural: “Políticas para a inclusão e participação de todos os cidadãos são garantias de paz, coesão social e vitalidade da sociedade civil”.

Nossa responsabilidade, frente ao desenvolvimento da política cultural, das práticas culturais, em diálogo com outras instituições é de promover a cultura como condição essencial para o desenvolvimento humano e agente contribuinte para a reversão do quadro de vulnerabilidade social, formação de cidadania, da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento da sociedade.

### PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Fortalecer o Sistema Municipal de Cultura;
- Ampliar o Programa de formação cultural com cursos e oficinas em diversas áreas, realizadas nos equipamentos do Município por artistas/professores remunerados, visando alcançar jovens e crianças em vulnerabilidade social, como forma de promover a cultura de paz e prevenção à violência;
- Editar, anualmente, o Calendário Cultural de Rio Branco, com realização de eventos que já fazem parte da programação cultural de Rio Branco (Prêmio Jorge Said de Comunicação, Concurso dos Blocos Carnavalescos, Circuito Junino, RB GRAFITE, Semana do Hip Hop, Premiação da Comenda Volta da Empresa, Calendário do Aniversário da Cidade, Natal Cultural, Réveillon na Gameleira, entre outros);
- Ampliar o programa de apoio e incentivo a circulação e intercâmbio de artistas, grupos e instituições que participam de eventos culturais em níveis municipais, estaduais, federal e internacional, realizan-

do mostras e atividades culturais seguindo, calendário cultural;

- Fortalecer o Programa Senadinho nos Bairros, que atualmente acontece em Espaços Culturais e Centro de Convivência do Idoso, fazendo interface com as áreas de saúde, direitos humanos e assistência social para acompanhamento dos idosos;
- Ampliar o lançamento de Editais de Atividades Culturais nos Equipamentos Culturais do Município;
- Ampliar as atividades de educação patrimonial para promover a sensibilização, o pertencimento e a preservação do patrimônio cultural de Rio Branco;
- Fortalecer o Festival Cultura de Paz, com alunos das escolas públicas;
- Ampliar o Programa de Valorização ao Patrimônio Cultural Imaterial de Rio Branco, com reconhecimento e mapeamento dos mestres da cultura tradicional e popular, assim como audições e registros destes Mestres.

### NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES

- Realizar concurso público para Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil com cargos, carreiras e salários;
- Criar o Programa de Formação Cultural, realizando periodicamente cursos, oficinas, fóruns e seminários de qualificação de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, capacitando os agentes públicos e agentes culturais do Município;
- Revisar a Lei do Sistema Municipal de Cultura, em conjunto com as instâncias do Conselho Municipal de Cultura (CMC);
- Realizar Conferência Municipal de Cultura;
- Criar o Programa Rua Cultural para realização, aos domingos e feriados, de atividades culturais, de esporte e lazer, feiras de artesanato entre outros, com apresentações, mostras e festivais artísticos;
- Criar o Conservatório Municipal;
- Criar o Programa de Formação para os fazedores e gestores da cultura em empreendedorismo cultural e economia criativa, em parceria com o Sistema S.



## 1.6. ESPORTE E LAZER

Esporte e lazer são direitos fundamentais para a garantia do desenvolvimento social. A partir da Constituição de 1988, o lazer passou a ser direito social de todos os cidadãos brasileiros. Em Rio Branco, a Lei Orgânica estabelece em seu Art. 156 que é dever do Município amparar e fomentar o desporto, a recreação e o lazer, como direito de todos.

Rio Branco conta, hoje, com 162 equipamentos públicos municipais de esporte e lazer, cuja gestão é feita de forma compartilhada com a comunidade. No período de 2018 a 2020, foram entregues 25 novos equipamentos públicos de esporte e lazer (quadras poliesportivas e de grama sintética, quadras de areia, academias abertas, pistas de caminhadas, campos de futebol, circuito de Parkour e calistenia), importante conquista para a promoção da saúde e qualidade de vida da população.

A Reforma Administrativa possibilitou uma economia de recursos, que puderam ser empregados na manutenção de espaços de esporte e lazer e na continuidade e ampliação das ações e do Calendário Esportivo de Rio Branco.

Nesse período, foi executado o Programa Segundo Tempo, atendendo 400 estudantes da rede pública, além da realização de 142 atividades e eventos esportivos e de lazer com a comunidade, dos quais destacamos:

- 6º Copão Comunitário que contou com a participação de 166 equipes de bairros das 10 regionais da Cidade e Zona Rural;
- 7º Copão Comunitário que contou com a participação de 138 equipes de bairros das 10 regionais da Cidade e da Zona Rural, envolvendo 3.450 pessoas, com 272 jogos;
- 6º Campeonato Municipal de Futsal, com a participação de 132 equipes, sendo 17 delas de futsal feminino;
- 7º Campeonato Municipal de Futsal, alcançando 1.872 atletas;
- 5ª Copa Gospel de Futsal, com 128 jogos;
- 6ª Copa Gospel de Futsal, com 82 jogos;
- Corrida do Gari com 90 participantes;
- Realização da cicletea Passeio das Luzes;
- Torneio de Futebol do Gari com 112 participantes;
- Wheeling (esporte radical praticado com motocicleta e bicicleta) – Realização de 8 treinos (265 beneficiados);
- Motocross – Realização de 6 treinos (398 beneficiados);
- Arrancada – Campeonato de Arrancada - Etapa Regis Racing e 3 treinos (1.621 beneficiados);
- Clube Fusca AC – Encontro Fusca Clube Acre (96 associados);
- Encontro dos Aeromodelistas da Amadeo Barbosa (7 encontros com 27 beneficiados);
- Automodelismo – Realização de 8 treinos (38 beneficiados);
- Campeonato de Futsal nas Categorias Sub 9 Masculino; Sub 11 Masculino; Sub 13 Masculino;

e Campeonato de Futsal Feminino Adulto.

Recentemente, passou-se a considerar o esporte e o lazer como setores importantes para o desenvolvimento social, investir no esporte significa investir em saúde, combater a violência, promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Rio Branco avança nesta direção, pois o esporte vem sendo tratado como objeto de políticas públicas e como instrumento de transformação e de integração social, por meio da reforma e construção de novos equipamentos voltados para a prática de esportes e saúde ocupacional, disseminando boas práticas de convivência em comunidade e aprimoramento pessoal.

### PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Fortalecer e ampliar a participação da população na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias e gêneros, em espaços de esporte e lazer já existentes;
- Fortalecer e ampliar as atividades do Arena de Esportes Radicais;
- Fortalecer a realização do Copão Comunitário e do Campeonato Municipal de Futsal, incluindo/ampliando a participação feminina nestes eventos;
- Fortalecer o Programa Segundo Tempo, atendendo estudantes da rede pública, de 7 a 17 anos com formações presenciais e em formato EAD;
- Ampliar o alcance das atividades e eventos esportivos e de lazer realizados com a comunidade e com servidores municipais, a exemplo da Corrida do Gari, Corrida da Cidade, Cicletea da Cidade;
- Reestruturar o calendário de eventos e campeonatos realizados com apoio da Prefeitura, de forma a estimular a atividade física na Cidade, incluindo corridas de rua.

### NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES

- Realizar concurso público para servidores efetivos da área de esporte e lazer;
- Fomentar, por meio de editais anuais do Fundo Municipal de Esporte, projetos de iniciação nas diversas modalidades esportivas, contribuindo para a inclusão social de crianças e adolescentes;
- Implantar núcleos do Programa PELC, com atendimento direto a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência;
- Apoiar modalidade de esportes paralímpicos, visando ampliar a inclusão de pessoas com deficiência;
- Estimular a realização de campeonatos em várias modalidades esportivas nos bairros, promovendo a prática dos esportes pela juventude, conectando projetos entre bairros e difundindo a cultura da atividade física e do lazer.





## EIXO 2

# O PLANETA



Os principais serviços urbanos prestados pelo Município, os serviços de zeladoria e as questões relacionadas ao saneamento básico, estão incluídos neste Eixo. Além da limpeza urbana, também está contemplada a manutenção da cidade, como a drenagem de canais, iluminação pública, a manutenção de praças e de outros equipamentos, serviços de poda e paisagismo. Estratégias para minimizar situações de risco para os cidadãos, por meio da adoção de práticas de sustentabilidade e políticas alinhadas aos mais modernos conceitos de resiliência urbana e enfrentamento da mudança climática.



## 2.1. MEIO AMBIENTE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DEFESA CIVIL

O município, a cidade e nosso futuro coletivo dependem de florestas saudáveis em todo o mundo. É hora das cidades e seus residentes se unirem ao esforço global para conservar e restaurar as florestas <<https://cities4forests.com/>>.

Tanto as florestas na zona rural, como as árvores nos parques urbanos, ruas e quintais fornecem enormes benefícios para as áreas urbanas, incluindo ar e água mais limpos, conforto térmico, resiliência climática, biodiversidade e melhoria da saúde e bem-estar humanos. As florestas também fornecem empregos, espaços para recreação e um conjunto de soluções baseadas na natureza para a infraestrutura da cidade.

Rio Branco tem mais de 30% do seu território constituído de Áreas Protegidas que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e possui mais de 3 milhões de m<sup>2</sup> de parques lineares em fundos de vale na área urbana, que exercem papel fundamental na qualidade de vida da população e reduzem os efeitos das mudanças climáticas globais.

A partir de 2019, a Prefeitura passou a realizar a gestão e manutenção de parques estaduais (Parque da Maternidade, Parque do Tucumã, Parque Vale do Açai, Parque Linear do Igarapé Fundo, Parque do Palheiral, Complexo Amadeu Barbosa), além dos parques municipais (Horto Florestal, Parque Chico Mendes, Parque Capitão Ciríaco, Parque São Francisco, Parque Jardim São Francisco, Parque Manuel Julião, Parque Linear Xavier Maia), por priorizar uma gestão ambiental responsável que proporcione espaços de prática de exercício, lazer e contemplação para população, promovendo saúde e qualidade de vida para os munícipes.

Anualmente, 150 espaços públicos são beneficiados com a implantação ou manutenção de paisagismo e arborização. Some-se a isso a realização anual de, aproximadamente, 3 mil podas e produção de 150 mil plantas ornamentais, produzidas pelo Viveiro Municipal, para doação à comunidade e utilização no paisagismo dos espaços públicos.

Para atuar na área ambiental de forma assertiva, deve-se produzir dados que resultem em informações para auxiliar na tomada de decisão responsável. No período de 2018 a 2020, foram elaborados o 1º Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa de Rio Branco, o diagnóstico da microbacia do Igarapé São Francisco, além da atualização anual dos Planos de Contingência: de Inundação Gradual, de Queimadas e Combate a Incêndios Florestais e de Exaurimento de Recursos Hídricos do Município de Rio Branco. O Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima também já foi iniciado, a partir de uma ampla consulta a especialistas, instituições pública, privadas, terceiro setor e sociedade civil.

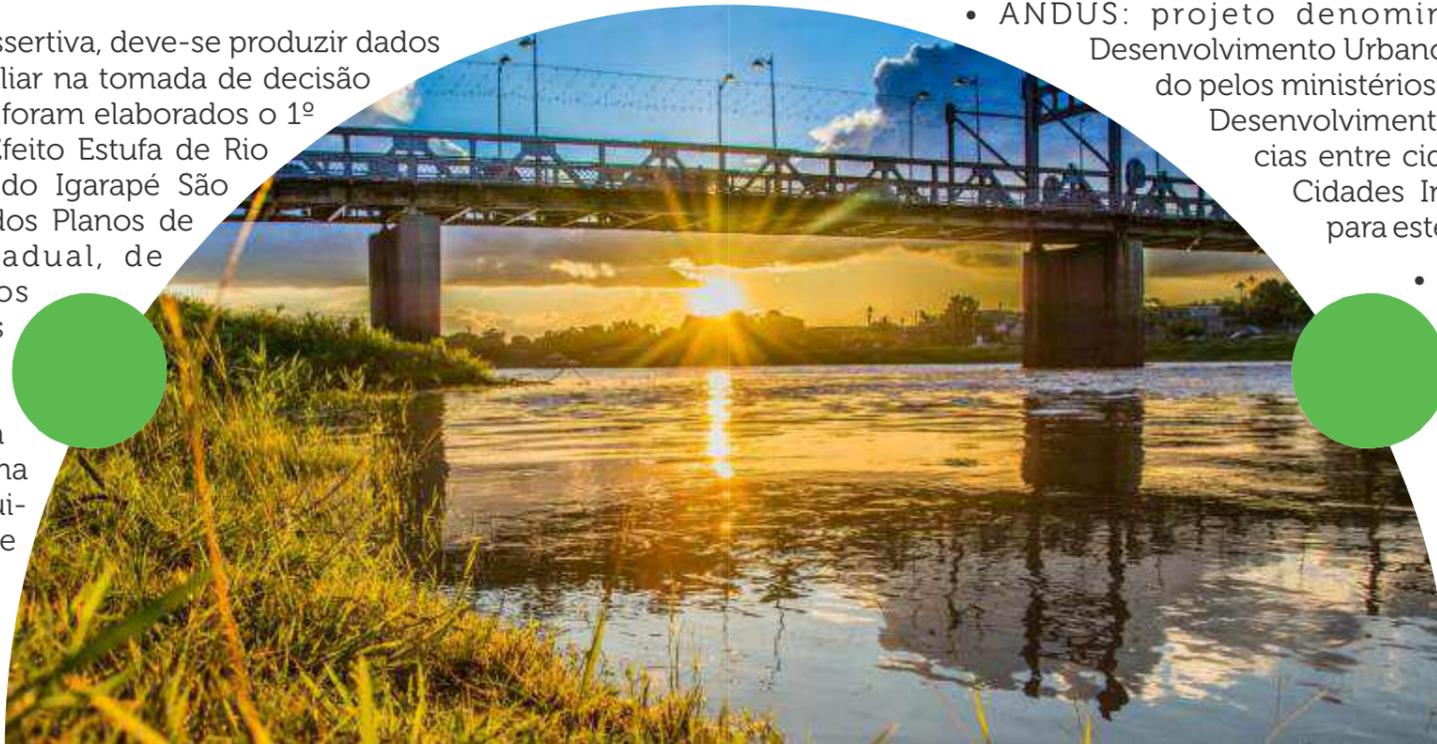
A educação ambiental é um tema

importante para o alcance de uma sociedade sustentável, neste sentido, as ações de educação ambiental alcançaram mais de 100 mil pessoas, no período de 2018 a 2020.

Rio Branco tem 100% de cobertura da coleta de resíduos sólidos domiciliares, os quais são dispostos de forma ambientalmente correta em aterro sanitário, serviço que está intrinsecamente ligado à questão ambiental. Em 2020, foram recicladas 270 toneladas de resíduos orgânicos, resultando em adubo, distribuído a horticultores, produtores, escolas municipais e utilizado no paisagismo da Cidade.

Rio Branco apresenta-se vulnerável à ocorrência de eventos extremos que estão acontecendo de maneira mais frequente e com intensidade mais severa. As inundações, queimadas, incêndios florestais, secas severas, escorregamentos de solo e exaurimento dos recursos hídricos, são as modalidades de desastres mais frequentes em nossa região. Buscar a resiliência do Município frente aos desafios do século 21, demanda preparar o território para o enfrentamento daquilo que lhe causa danos e prejuízos, em circunstância de desastres naturais ou tecnológicos. Cidade preparada é aquela que possui todos os instrumentos de gestão de riscos e de desastres fortalecidos, seja do ponto de vista estrutural ou de formação das instituições e da comunidade.

- No curto período de um pouco mais de 2 anos a Prefeitura de Rio Branco, passou a integrar várias redes nacionais e internacionais que promovem o desenvolvimento sustentável;
- Cidades Resilientes: campanha internacional da ONU/Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres, com o objetivo de incentivar que gestores municipais desenvolvam ações para estabelecer cidades resilientes, como parte de processos de urbanização sustentável;
- Cities4Forest: rede internacional que estimula cidades a melhor conservar, administrar e restaurar florestas (urbanas e rurais), além de fornecer assistência técnica para alinhar a política local entre pares, para ações climáticas conjuntas;
- ANDUS: projeto denominado Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS), desenvolvido pelos ministérios das Comunicações, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Regional, que promove troca de experiências entre cidades brasileiras para definir e implementar Cidades Inteligentes, a partir do conceito brasileiro para este termo;
- Ruas Completas: rede nacional coordenada pelo World Resources Institute (WRI) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que estimula as cidades a realizarem intervenções que conferem segurança e conforto a todas as pessoas, de todas as idades, usuários de todos os modos de transporte e não apenas o motorizado;
- Programa Cidades Sustentáveis: é uma agenda de sustentabili-



dade urbana, atua na mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis;

- Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia: maior aliança mundial de prefeitos e líderes locais comprometidos com a ação climática, visando um futuro inclusivo, justo, de baixas emissões e resiliente climaticamente;
- Mercociudades: rede de governos locais da América do Sul, que visa melhorar a qualidade de vida nas cidades, estimula a troca de experiências para promover cidades integradas e inclusivas;
- Rede Estratégia ODS: projeto coordenado pela Fundação Abrinq, em parceria com a FNP e a Agenda Pública, com financiamento da União Europeia, tem por objetivo ampliar e qualificar o debate a respeito dos ODS no Brasil;
- Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI): rede global de mais de 1.750 governos locais e regionais comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável, impulsiona políticas de sustentabilidade e a ação local para o desenvolvimento de baixo carbono, baseado na natureza, equitativo, resiliente e circular;
- Qualiônibus: rede nacional desenvolvida pelo WRI, tem por objetivo qualificar o serviço de transporte coletivo por ônibus, integrado por 15 cidades brasileiras;
- Pocket Lab - soluções baseadas na natureza: uma iniciativa piloto do WRI que apoiará tecnicamente 3 cidades brasileiras no desenvolvimento de soluções urbanas que promovam maior resiliência climática, maior inclusão social e redução de emissões.

O desenvolvimento sustentável se baseia na convivência harmônica entre os ecossistemas naturais e a sociedade. Neste contexto, torna-se necessária a construção e promoção de políticas públicas que proporcionem o equilíbrio entre as intervenções urbanas, o desenvolvimento rural e a conservação e preservação ambiental, que por sua vez, devem oportunizar a inclusão social, bem-estar e a redução das desigualdades.

#### **PROGRAMAS/AÇÕES A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS**

- Fortalecer o funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA);
- Fortalecer o Conselho Municipal de Proteção e de Defesa dos Animais no Município de Rio Branco (COMPARB);
- Fortalecer o processo de execução do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com priorização da instalação da Rede de Ecopontos, com foco na ampliação da coleta seletiva;



- Ampliar a produção e uso do composto orgânico produzido na Unidade de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos de Rio Branco;
- Elaborar bianualmente o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa como estratégia de monitoramento e fortalecimento das ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Manter atualizado o Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento e Queimadas Florestais do Município (PPCDQm) e monitorar o avanço das atividades previstas no Plano;
- Trabalhar de maneira integrada, anualmente, os planos de contingência para eventos extremos (inundação; queimadas e incêndios florestais; exaurimento dos recursos hídricos);
- Monitorar, de maneira estratégica e contínua, a precipitação de chuvas e o nível dos rios na área de inserção do município de Rio Branco;
- Fortalecer a educação ambiental, a fiscalização e o monitoramento no cumprimento da legislação ambiental, especialmente as queimadas e ocupação de áreas de risco e áreas de preservação permanente (APP);
- Atualizar e melhorar a resolução do mapeamento geológico e hidrológico das áreas de riscos naturais da cidade de Rio Branco;
- Ampliar o Programa Defesa Civil nas Escolas, priorizando escolas próximas a áreas de risco e o Programa Defesa Civil na Comunidade, visando mobilização e capacitação para percepção de riscos;
- Fortalecer o programa de capacitação do servidor público municipal em segurança contra incêndio e pânico.

#### **NOVOS PROGRAMAS/AÇÕES**

- Ampliar a infraestrutura verde do Município, de forma a integrá-la na infraestrutura convencional, estabelecendo sistemas naturais capazes de prover necessidades urbanas, como captar, conduzir e filtrar água de chuva, originar habitat para a vida animal, criar sombra e refrescar ruas e edificações, reduzir emissões de dióxido de carbono, dentre outros;
  - Elaborar o Plano de Arborização Municipal, integrado com ações de produção e segurança alimentar, com ênfase no plantio de árvores amazônicas e frutíferas em locais apropriados;
- Elaborar diagnósticos socioambientais de microbacias do Município, visando sua recuperação integrada e gestão, a partir de inteligência territorial estratégica;
- Implantar políticas para diminuir o uso de plásticos descartáveis, com foco na coleta seletiva e redução do consumo;

- Realizar estudos de viabilidade para o aproveitamento energético do biogás do Aterro Sanitário de Rio Branco;
- Implantar sistema de informação e cadastro ambiental informatizado para os procedimentos de licenciamento ambiental, visando agilidade, transparência e eficiência nestes serviços;
- Encerrar as atividades do Aterro de Inertes e realizar a remediação ambiental da área;
- Introduzir os conceitos e instrumentos de eficiência energética e ampliação de áreas verdes nas edificações licenciadas pelo Município;
- Criar o Centro de Comando, Controle e Gerenciamento de Riscos e Desastres Ambientais de Rio Branco, estrutura capaz de monitorar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em circunstância de desastre, executando ações de monitoramento, alerta e alarme de desastres;
- Implantar sistema de monitoramento da qualidade do ar que permita ações locais e dê transparência para as informações coletadas;
- Criar o Programa de Proteção, Recuperação e Manutenção das Matas Ciliares e Nascentes em áreas prioritárias de produção de água, com ênfase especial para o Igarapé São Francisco;
- Criar Programa de Adoção de Nascentes e de Áreas de Preservação Permanentes por cidadãos, associações, comunidades ou empresas;
- Implantar a Centro Municipal de Atendimento a Animais em Situação de Risco, com serviço de controle reprodutivo, exames laboratoriais, vermifugação e imunização, para animais abandonados, visando a proteção, estímulo à adoção consciente e diminuição do abandono de animais de estimação.

## 2.2. SANEAMENTO

O acesso a água e ao saneamento é essencial para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética, à saúde humana e ambiental. A escassez de água afeta boa parte da população, número que pode subir ainda mais como resultado dos efeitos adversos da mudança do clima e da gestão inadequada dos recursos naturais. É necessário promover um novo caminho que nos leve a assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todas as pessoas, incluindo não apenas aspectos estruturais e de engenharia, mas assegurando a proteção das nascentes, rios e bacias hidrográficas.

Os serviços de água e esgoto em Rio Branco são realizados pelo Governo do Estado do Acre desde 2011, por meio de Termo de Cooperação

firmado na forma de Contrato de Programa, que abrange a prestação dos serviços públicos de água e de esgotos sanitários, compreendendo a captação, produção de água tratada para abastecimento, sua reservação, distribuição, operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição; a coleta, remoção e destinação final de esgotos do Município.

O Governo do Estado do Acre contratou o BNDES para realizar serviços técnicos especializados, visando a estruturação de projetos de participação da iniciativa privada na universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos municípios do Acre operados pelo DEPASA, incluindo, a elaboração do Plano Municipal de Água e Esgoto do Município de Rio Branco.

Desta forma, o município de Rio Branco reafirma o compromisso em reestruturar sua política de saneamento urbano e rural a partir do Novo Marco Legal do Saneamento Básico, aprovado em 2020, que altera diversos aspectos da legislação de modo a incentivar o crescimento dos investimentos no setor e a melhoria de indicadores de cobertura de serviços de água e esgoto.

## AÇÕES

- Aprovar o Plano Municipal de Saneamento Básico (água e esgoto) de Rio Branco, em conformidade com as exigências legais;
- Assegurar que a implementação, o monitoramento e a fiscalização das políticas e ações de saneamento básico para o município de Rio Branco, que estejam integradas de forma sinérgica com as demais ações de infraestrutura urbana e rural, executadas pela Prefeitura;
- Promover a participação social no monitoramento e fiscalização das políticas de saneamento básico municipais;
- Elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana, incorporando os conceitos de soluções de infraestrutura baseadas na natureza, visando a redução de alagamentos.

## 2.3. ZELADORIA

Os serviços de zeladoria se constituem em uma das atividades mais importantes para uma cidade. Além de consumir grande parcela dos recursos próprios do Município, a manutenção da cidade nem sempre tem a visibilidade devida.

Nos últimos dois anos, a Prefeita Socorro Neri estabeleceu uma nova estratégia de execução para este tema: a implementação integrada, resultando no aprimoramento constante dos serviços de manutenção



municipal.

As tarefas diárias de zeladoria ganham nuance distintas no inverno e no verão, dando origem a diversas operações especiais: operação inverno, operação verão, operação estiagem. São centenas de pequenas ações que se repetem a cada dia, por todas as regionais da Cidade, sem que a população sequer perceba, salvo se deixar de acontecer.

Os serviços de zeladoria urbana incluem, entre outros: limpeza de ruas e canteiros, incluindo varrição, capina, caiação de meio-fio e reparo de calçadas; conservação de galerias e pavimentos; retirada de faixas e cartazes que causam poluição visual; poda de árvores; implantação de paisagismo; limpeza de monumentos; manutenção de iluminação pública; limpeza de caixas de drenagem; recuperação de praças e canteiros, incluindo a manutenção de brinquedos e equipamentos de ginástica; reparo na sinalização e trânsito; limpeza de pichações; instalação e manutenção de lixeiras públicas; e serviços cemiteriais. Além desses serviços, a prefeitura realiza a coleta e o tratamento ambientalmente correto dos resíduos sólidos domiciliares.

No período de 2018 a 2020, realizou a limpeza e desobstrução de mais de 300 km de trechos de igarapés na área urbana e 1.531 limpezas em caixas de drenagem pluvial, visando evitar alagamentos com potenciais prejuízos sociais e econômicos.

Anualmente, é realizada a limpeza corretiva em mais de 200 bairros, com a remoção de 40 mil toneladas de entulhos; limpeza periódica de 80 vias estruturantes e 160 praças e parques.

A modernização da iluminação pública, idealizada pela Prefeita Socorro Neri, consiste na substituição das lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio de toda a cidade, por lâmpadas LED, resultando em mais eficiência, redução do consumo energético e de manutenção, reduzindo os custos com iluminação.

A operação de crédito que permitiu essa ação, será paga com recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), ou seja, o Município não utilizará outros recursos que os já investidos na manutenção da iluminação pública. Com esta operação, Rio Branco terá uma economia de quase 10 milhões de reais e será a primeira capital brasileira a ter todo o parque de iluminação em LED.

Os serviços de zeladoria são essenciais para a imagem da cidade, impactando em diversos aspectos do desenvolvimento local, desde a redução de índices de criminalidade ao aumento da autoestima de seus cidadãos e cidadãs. A partir da elevação da autoestima e do sentimento de apropriação do que é público para si, espera-se um maior engajamento da população no cuidado dos espaços públicos.



## PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Ampliar as ações integradas de zeladoria nas regionais administrativas da Cidade;
- Ampliar a Operação Estiagem - abastecimento emergencial para garantia da segurança hídrica para a população do entorno de Rio Branco;
- Ampliar a Operação Inverno - ações de limpeza de igarapés e desobstrução de redes de drenagem, visando preparar Rio Branco para a chegada do período chuvoso;
- Ampliar a capacidade de armazenagem de resíduos sólidos de forma ambientalmente correta.

## NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Implantar sistema de reciclagem total de resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva porta a porta;
- Implantar um processo contínuo e amplo de educação ambiental que atinja toda população, visando a redução dos resíduos sólidos produzido, a reutilização de materiais e a reciclagem em todas suas formas;
- Implantar a logística reversa de resíduos sólidos para grandes geradores: vidros, pneus, lâmpadas, pilhas, baterias e eletroeletrônicos;
- Implantar limpeza corretiva fracionada, garantindo que os resíduos descartados de forma irregular também possam ser reciclados;
- Iniciar o processo de reciclagem dos Resíduos da Construção Civil (RCC) trituráveis, que correspondem a 36% do total dos resíduos produzidos no Município, na Área de Triagem, Transbordo e Reciclagem (ATTR) – Transacreana km 7;
- Estabelecer os mecanismos legais para realização de parcerias pública/privada para gestão dos resíduos recicláveis e reutilizáveis;
- Implantar a automação na rede de iluminação pública em LED, reduzindo ainda mais os custos com energia elétrica, permitindo a dimerização da iluminação, utilizando apenas a iluminação necessária, além do sistema poder apagar e acender as luzes automaticamente, o que aumenta a vida útil do equipamento;
- Implantar usina de energia solar, complexo repleto de módulos fotovoltaicos, afim de gerar energia elétrica a ser distribuída nos edifícios públicos municipais, priorizando escolas e unidades de saúde e de assistência social.



## EIXO 3

# A PROSPERIDADE



Economia, produção e agricultura familiar, geração de empregos, planejamento urbano, mobilidade, transporte público, trânsito e execução das grandes obras da cidade são os pontos centrais deste Eixo. As ações estão voltadas para a dinamização da atividade econômica, com ênfase no turismo, e geração de emprego e renda. No âmbito do planejamento urbano estão os grandes projetos e os planos de desenvolvimento da Cidade; no âmbito rural estão a promoção da agricultura e pecuária sustentáveis. Este Eixo contempla também a oferta e regularização de habitações de interesse social e realização das obras de infraestrutura urbana e de infraestrutura para escoar e comercializar a produção rural.



### 3.1. PLANEJAMENTO URBANO

Um planejamento urbano moderno, se faz com uma abordagem sistêmica, pautada na sustentabilidade, que seja capaz de captar as relações entre os diferentes campos que interagem no município: econômico, cultural, social, ecológico, tecnológico, tributário, demográfico etc. O planejamento deve envolver os diversos órgãos municipais relacionados a esses temas e realizar uma análise integrada e multiescalar das informações.

Um dos maiores desafios para tornar Rio Branco mais sustentável é promover transformações na gestão e no ordenamento do seu território, revertendo a dinâmica atual de crescimento espraiado e descontínuo da mancha urbana, buscando atingir maiores densidades e qualidade territorial nas áreas já urbanizadas, buscando áreas mais homogêneas e com melhores condições de qualidade de vida para a população.

Um modelo urbano mais racional irá gerar economias de escala necessárias à redução dos custos na oferta de infraestrutura urbana, equipamentos públicos, notadamente nos serviços de transporte coletivo, permitindo melhoria das condições de mobilidade urbana.

Usar o território de forma mais equilibrada significa interromper o processo de espraiamento da ocupação urbana verificada até o momento, ocupando áreas com acesso à infraestrutura urbana que estão ociosas e subutilizadas. Isso permitirá urbanizar e requalificar áreas com vocação para receber densidades populacionais mais elevadas, preservar e recuperar áreas de interesse ambiental, equalizar a oferta de infraestrutura e serviços urbanos, reduzindo desigualdades territoriais, promovendo o desenvolvimento econômico com maior qualidade ambiental e a integração urbana dos assentamentos informais.

No período de 2018/2020, os serviços de melhorias da infraestrutura foram significativos, dos quais destacamos:

- Conclusão da duplicação dos corredores da Av. Getúlio Vargas, da Estrada das Placas, da Estrada da Floresta, da Estrada Jarbas Passarinho, da Estrada da Sobral e do Corredor Campo Grande;
- Construção de 5 galerias de grande porte e 254 intervenções em drenagem urbana;
- Construção de 25 equipamentos públicos e reforma/revitalização de outros 60 equipamentos;
- 132 intervenções de manutenção de pequenas reformas em praças, parques e em equipamentos de esporte e lazer;
- Construção e manutenção de 77 pontes e passarelas;
- Reativação da usina de asfalto da Emurb proporcionando avanços significativos na manutenção viária;
- Utilização de mais de 112 mil toneladas de massa asfáltica/CBUQ, até agosto/2020;

A infraestrutura é a base de qualquer economia e sistema social. Cada vez mais, se busca soluções que simultaneamente satisfaçam as necessidades econômicas e sociais e protejam o meio ambiente – soluções como energia renovável, infraestrutura natural, cidades de baixo carbono e transportes mais eficientes. Uma infraestrutura de qualidade reduz os custos e impactos da degradação ambiental, e permite que a infraestrutura futura tenha maior resiliência a eventos extremos, cada vez mais intensos e frequentes (por exemplo, inundações, secas e incêndios).

#### PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Ampliar a construção e manutenção de equipamentos públicos de esporte, lazer e academias populares, a partir de uma visão da democratização destes equipamentos no território, melhorando as condições de acessibilidade;
- Fortalecer o programa de construção e manutenção de pontes, passarelas e escadarias de acesso e interligação entre bairros;
- Ampliar o programa de manutenção e construção de calçadas, garantindo segurança, acessibilidade e plena apropriação dos espaços públicos por todos;
- Ampliar as ações de pavimentação e manutenção de vias urbanas e rurais;
- Ampliar as funções do SitGeo (sistema de informações de dados georreferenciados da Cidade de Rio Branco), integrando-o ao conjunto dos órgãos da administração municipal, visando aprimorar o planejamento da cidade, auxiliar na tomada de decisão, tornar mais justa a base de arrecadação, melhorar a capacidade de investimentos da Prefeitura e o atendimento ao cidadão.

#### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Revisar o Plano Diretor Participativo, atualizando-o para a nova dinâmica e desafios do Município;
  - Assegurar a compatibilidade de usos do solo nas áreas urbana; e garantir uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do patrimônio cultural urbano;
  - Utilizar materiais alternativos (tijolos maciços, por exemplo) para pavimentar vias de trânsito leve (vias secundárias);
  - Implantar uma rede parklets em áreas estratégicas, a fim de criar espaços de lazer e convívio para os munícipes;
  - Reutilizar áreas abandonadas ou socialmente degradadas, por meio da implantação de projetos comunitários - hortas comunitárias, por exemplo - como estratégia de geração de renda ou uso social, promovendo a função social da Cidade.



### 3.2. HABITAÇÃO

O Plano de Habitação de Interesse Social de Rio Branco (2011), identificou que o déficit habitacional qualitativo das habitações no Município é o vetor de maior peso e complexidade no ordenamento territorial urbano. É sabido, que há um predomínio da autoconstrução da habitação, por ser a única alternativa viável à população de baixa renda, que termina tendo problemas, antes e depois da obra concluída, pela falta do acompanhamento técnico de arquitetura e engenharia. Nesse sentido, a Assistência Técnica pública gratuita, já instituída legalmente, pode garantir o acesso a serviços técnicos de arquitetura e engenharia para um público de renda de até três salários mínimos, que desejam construir ou reformar sua moradia, sendo uma importante ferramenta no exercício da cidadania.

Em nossa Cidade observa-se um grande número de infrações edilícias, onde a maior parte de infratores são pessoas com pouca escolaridade e baixa renda, que quase sempre desconhecem as normas que disciplinam o direito de construir, e nem tem conhecimento do serviço público de Assistência Técnica gratuito. Cabendo ao poder público municipal solucionar o problema da má qualidade das habitações, e do cidadão, que além de não construir um imóvel seguro, arca com multas; contribuindo também com a diminuição do déficit habitacional qualitativo.

A regularização fundiária de interesse social também tem papel importante no direito de acesso a habitação segura, dotada dos serviços básicos, pois permite a atuação dos programas governamentais de moradia nos locais de ocupação irregular ou clandestina, habitadas predominantemente por população de baixa renda. A regularização dos imóveis é ação fundamental, inclusive para que estes cidadãos possam acessar outros programas federais para construção, qualificação ou reforma de suas habitações.

#### PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Fortalecer e ampliar o alcance do PROMORE, programa de assistência técnica gratuita para famílias de baixa renda, por meio da isenção de taxas, elaboração de projetos arquitetônicos e acompanhamento da execução da obra de municípios com renda familiar de até 3 salários mínimos, que incorporem os conceitos de sustentabilidade;
- Ampliar o Programa de Regularização Fundiária, visando a regularização de áreas públicas ou particulares ocupadas, garantindo o direito à moradia, o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a população de baixa renda com o benefício dos títulos de posse;
- Revisar o Plano Municipal de

Regularização Fundiária;

- Revisar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

#### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Implantar o Programa Morar Melhor, que consiste na doação de lotes urbanizados, construção e/ou reforma de unidades habitacionais para população de baixa renda e regularização fundiária, por meio de parcerias com os governos federal e estadual, setor privado e terceiro setor;
- Implantar Programa de Incentivo às Novas Tecnologias de Construção Popular em parceria com a iniciativa privada, as universidades e a sociedade civil organizada;
- Implantar o Programa de Requalificação de Assentamentos Precários, visando a melhoria das condições urbanísticas, por meio de obras de complementação ou implantação de infraestruturas, de qualificação e recuperação ambiental e de provisão de equipamentos públicos quando necessários, permitindo a melhoria do atendimento pelos serviços públicos.



### 3.3. MOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO

O conceito de 'melhor mobilidade e menos tráfego' representa a busca por soluções para o fenômeno contemporâneo da expansão urbana e do crescimento da frota de veículos. Este fenômeno provocou a saturação do sistema viário das cidades e dos serviços de transporte de massa, e o aumento da poluição atmosférica, com sérias consequências à saúde pública. A implantação de projetos que garantam a mobilidade, fluidez, segurança e cidadania nos transportes e trânsito da cidade de Rio Branco são fatores essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes em sua necessidade de alcançar os destinos desejados, com racionalidade em distância, tempo e custos.

Em razão do contínuo crescimento urbano, do aumento da população e do fluxo de pessoas entre diferentes lugares, é preciso conciliar políticas públicas para solução dos problemas atuais com um planejamento estratégico de médio e longo prazos, induzindo à descentralização econômica entre as diversas regiões da cidade como forma de reduzir a necessidade diária de deslocamentos.

Em decorrência da opção pelo transporte individual por boa parte da população, o serviço de transporte coletivo opera em condições desfavoráveis, percorrendo longas distâncias, atendendo a áreas com baixa densidade e com urbanização rarefeita. Isso encarece a prestação dos serviços e penaliza duplamente os usuários com aumento dos custos e dos tempos de viagem. No entanto, apesar da aparente sensação de que esse cenário é insolúvel a curto prazo, diversas cidades do mundo desenvolveram planos e realizaram investimentos que equacionaram o desafio do transporte urbano. Entre as inovações adotadas está a integração intermodal, que estimula o uso do transporte público e do não motorizado e beneficia a população de maneira geral, assim como uma mudança de foco, passando a priorizar a qualidade do serviço, de forma a se posicionar melhor, face à concorrência promovida por aplicativos e meios de transporte alternativos. O grande desafio é que parte dessa qualidade está além do poder aquisitivo do usuário comum do transporte coletivo, sendo, portanto, imprescindível a participação do poder público no intuito de aportar um incremento de qualidade e, assim, oferecer mais dignidade e conforto à população, bem como iniciar o processo gradativo de migração das pessoas dos modais individuais para o modal coletivo.

O transporte cicloviário vem se afirmando, em escala nacional e mundial, como um modo alternativo de transporte urbano, de baixo custo, não poluente e adequado para viagens curtas. Rio Branco é uma cidade plana e, apesar do espraiamento urbano já citado, as distâncias são passíveis de serem vencidas por esse modo de transporte. Porém, a falta de uma infraestrutura viária que ofereça segurança, além do fato de que vários trechos de ciclovias e ciclofaixas não possuem conexão entre si, os ciclistas são obrigados a dividir, em grande parte dos percursos, o espaço das ruas com os automóveis, expondo-se a altos riscos de acidentes,

No período de 2018/2020, destacam-se as seguintes ações realizadas na área de Transporte e Trânsito:

- Aquisição de equipamentos e materiais de maior durabilidade na implantação de sinalização

horizontal, visando melhoria na segurança do pedestre;

- Aquisição de equipamentos e materiais de modernização da rede semaforica, resultando em maior fluidez ao trânsito;
- Implantação do sistema tronco-alimentado, melhorando a frequência e capacidade de passageiros;
- Integração entre as linhas existentes;
- Regulamentação do serviço de operadores de tecnologia de transporte (motorista de aplicativo);
- 69 abrigos de passageiros reformados;
- Modernização e ampliação de 25km de ciclofaixas com iluminação em led e pintura vermelha ao longo do trajeto.

Do ponto de vista urbanístico, é essencial enfatizar o foco no transporte em massa de pessoas, como forma de reduzir o volume de trânsito nas ruas, diminuindo a poluição e o nível de ruído, assim como também oferecendo a oportunidade de diminuir certas despesas municipais, como fiscalização e acidentes de trânsito. Para o alcance uma melhor mobilidade, além de melhoria na infraestrutura viária e na logística do transporte urbano, devem ser realizadas campanhas educativas, visando promover a paz no trânsito e investimentos em qualidade para o transporte coletivo, em termos de melhores terminais e veículos.

#### PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Fortalecer o Programa de Readequação da Malha Viária (REVI), que tem como objetivo a garantia de mobilidade através de modificações no trânsito de regiões afetadas pelo crescimento acelerado da frota de veículos, de forma a promover a fluidez do trânsito e a facilitação dos percursos de transporte coletivo;
- Ampliar a quantidade de ciclovias/ciclofaixas, integrando, modernizando e revitalizando a malha cicloviária existente;
- Fortalecer o Programa de Promoção da Educação no Trânsito, reforçando a necessidade da obediência às leis de trânsito na preservação de vidas, resultando em aumento na quantidade de motoristas defensivos no trânsito de Rio Branco;
  - Renovar a frota do transporte coletivo, atendendo aos padrões de acessibilidade, com foco no conforto do usuário;
  - Realizar a manutenção e construir novos abrigos de passageiros de ônibus;
  - Realizar a manutenção e construir novos abrigos para operadores de táxi e mototáxi;
  - Aperfeiçoar o aplicativo Meu Ônibus Rio Branco com informações em tempo real, acerca dos horários e trajetos do transporte coletivo pelos usuários, para que ele tome as melhores decisões e opções sobre sua locomoção;
- Reorganizar as linhas de ônibus e principais trajetos para melhorar a oferta para o usuário e reduzir os intervalos entre ônibus e os tempos de viagens;
- Modernizar o sistema de monito-



ramento por GPS nos ônibus, visando diminuir atrasos e longas esperas;

- Manter o subsídio à tarifa do transporte público para os estudantes no Município.

#### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Elaborar o Plano de Mobilidade Urbana de Rio Branco;
- Implantar uma Rede de Ruas Completas, que implica em intervenções no trânsito e no mobiliário urbano que conferem segurança e conforto a todas as pessoas, de todas as idades, usuários de todos os modos de transporte;
- Implantar corredores inteligentes para transporte rápido de coletivos, que reduzam os tempos de deslocamento;
- Implantar novos binários, entre outras soluções, a partir de estudos, visando melhorar a fluidez de vias que possuem tráfego intenso;
- Instalar novos pontos de ônibus cobertos, mais modernos e com sistemas de informações para maior conforto e segurança dos usuários;
- Promover a diversificação das alternativas de mobilidade integrando diversos modais;
- Implantar Programa de Redução de Poluentes, buscando a transição para veículos menos poluentes, reduzindo o impacto do transporte público sobre o ambiente e a saúde pública;
- Oferecer cursos e palestras para os motoristas profissionais do transporte, visando aprimorar os serviços;
- Implantar Programa de Redução de Acidentes, em parceria com as áreas de educação e saúde e com apoio da iniciativa privada;
- Mudar a configuração da malha de linhas de ônibus, do atual sistema radial (linhas que ligam o Terminal Central diretamente aos bairros), para o sistema Tronco-Alimentado (linhas troncais que ligam o Terminal Central aos Terminais de Integração, linhas alimentadoras que ligam os Terminais de Integração aos bairros, e linhas interbairros, que interligam os diversos Terminais de Integração sem passar pelo centro);
- Implantar novos terminais de integração em pontos estratégicos da Cidade (Calafate e Segundo Distrito), tendo em vista a implantação do sistema tronco-alimentado em toda a cidade;
- Implantar linhas diametrais (linhas que ligam dois bairros diferentes, passando pelo Terminal Central) em trajetos de longa distância, em regiões que ainda não estejam no formato tronco-alimentado, e entre as diversas linhas troncais, quando implantadas;
- Implantar linhas circulares nas regiões próximas do Centro, como forma de melhorar o atendimento em linhas curtas e de baixa demanda, bem como reduzir seu custo;
- Buscar soluções permanentes de aporte financeiro ao Sistema de Transporte Coletivo, que complementa a tarifa paga pelo usuário, de forma a buscar melhoria na qualidade do serviço com preço acessível.

### 3.4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA, TURISMO

#### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Desenvolvimento Econômico Local, mais do que nunca, desempenha um papel essencial no cenário de crise socioeconômico advindo da pandemia do coronavírus. Nesse ponto, são os municípios que possuem a grande força para o desenvolvimento de nosso País. As mudanças resultantes da pandemia evidenciaram ainda mais, a urgência de políticas públicas locais, capazes de proteger e incentivar um ambiente de negócios favorável ao empreendedorismo e de apoio aos médios e pequenos empresários.

Tratar de desenvolvimento econômico com foco local pressupõe priorizar temas como o empreendedorismo, a inovação tecnológica, a atração de investimentos, além da oferta de qualificação profissional em conformidade com as demandas atuais e futuras do mercado de trabalho. Deve-se, portanto, estimular o crescimento econômico sustentável e ações que tenham potencial de tornar Rio Branco mais resiliente econômica e socialmente a futuras pandemias e a outros riscos de uma economia globalizada.

Muito embora as macroestratégias para geração de trabalho e renda não possam recair somente sobre o município, dado que o ente municipal já responde por um conjunto enorme de políticas públicas, sem correspondência específica na repartição do bolo de receitas tributárias (municípios ficam em média com 11%, enquanto a União fica com 50% e estados com 31% (CNM – Confederação Nacional de Municípios), o desafio para o gestor reside justamente em articular uma agenda estratégica municipal que possibilitará resgatar a economia, aumentar a produtividade e a competitividade, gerar ocupação, renda e prosperidade e recuperar a confiança das famílias e consumidores.

Nesse sentido, a gestão Socorro Neri tem priorizado uma agenda empreendedora, fortalecendo ações de Desenvolvimento Econômico Local. Diversas iniciativas, que vão desde a modernização de processos e implantação de Sistemas Gerenciais, com foco no atendimento ao contribuinte, até iniciativas mais específicas de parceria com a Junta Comercial e SEBRAE para implementação da REDESIM<sup>1</sup>, diminuição do tempo de abertura de uma empresa para o prazo de até 48h (atividades de baixo risco), inclusive com a emissão do Alvará.

A regulamentação e aplicação da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) pari passu a implementação da REDESIM, se insere dentre as ações voltadas para facilitar a vida do empresário.

Ainda nesse caminho de ideias, para desenvolver o município de Rio Branco com a força dos pequenos negócios, a Gestão Socorro Neri promove anualmente alternativas de regularização fiscal dos contribuintes junto ao Fisco Municipal. Como exemplo citamos realização do

<sup>1</sup>Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, é um sistema integrado que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário.



Programa de Auxílio à Regularização Fiscal dos Contribuintes do Município de Rio Branco – PARF, no segundo semestre de 2019. Há de se destacar que o Município atualizou recentemente o Sistema de Emissão de Nota Fiscal Eletrônica, disponibilizando um ambiente moderno, seguro e ágil para o empreendedor.

Não se pode esquecer o papel do Poder Público durante a atual crise sanitária, no sentido de criar condições favoráveis às micro e pequenas empresas, aos microempreendedores individuais e aos contribuintes em geral. Destaca-se nesse sentido a prorrogação do prazo para pagamento do IPTU, referente ao exercício de 2020, com desconto de 20% em cota única e 10% em cinco parcelas, beneficiando cerca de 120 mil proprietários. Da mesma forma, o Município concedeu a isenção do crédito tributário do IPTU 2020 para quem paga até R\$ 131,80, beneficiando mais de 9 mil proprietários de um único imóvel na cidade

Outra ação importante foi a concessão de isenção da taxa anual e do crédito tributário do ISS, no exercício de 2020. Essa isenção beneficiou 2.217 prestadores dos serviços profissionais autônomos de Táxi, Auxiliar de Táxi, Mototáxi, Auxiliar de Mototáxi, Motofrete, Frete e Transporte Individual por Aplicativo. No mesmo sentido, foi concedida a isenção dos preços públicos pagos a concessionários dos mercados e centros de compras municipais, beneficiando cerca de 420 concessionários.

Por óbvio que precisamos fortalecer a agenda empreendedora municipal, no entanto, esses diversos avanços foram alcançados com planejamento e organização administrativa. A Gestão Socorro Neri estruturou um conjunto de políticas públicas que serão fortalecidas, em um programa temático Rio Branco Empreendedora, sob a gestão de um órgão específico para esse tema.

As estratégias voltadas ao Desenvolvimento Econômico estão concebidas de forma integrada e multissetorial, ou seja, ações de apoio aos pequenos negócios e de empreendedorismo, guardam relação com os setores produtivos do Turismo, da Economia Solidária, e principalmente, da Agricultura Familiar e Produção.

## TRABALHO E RENDA

Vivenciamos uma sociedade globalizada, onde a maioria da população vive no limiar da pobreza, vivendo em locais onde o acesso ao trabalho, à educação e à saúde são uma dificuldade constante. Urge promover a organização de empreendimentos solidários capazes de fomentar a melhoria das condições de vida dessas pessoas e, conseqüentemente, do desenvolvimento local.

No município de Rio Branco, há mais de uma década, a Economia Solidária vem sendo fortalecida com a finalidade de contemplar o maior número possível de famílias no enfrentamento das adversidades socioeconômicas, inclusão e justiça social. Nesse período, as ações realizadas, tiveram avanços inegáveis e significativos.

De acordo com dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), Rio Branco possui mais de 900 estabelecimentos solidários cadastrados. Tais empreendimentos encontram-se distribuídos nas mais variadas atividades, artesanato, alimentação, horticultura, serviços, vestuários, embelezamento, jardinagem, doces artesanais, qualificação profissional, entre outras. São

empreendimentos que proporcionam dinamismo à economia local, originando trabalho, renda e inclusão social.

Atualmente as atividades da economia solidária no município de Rio Branco, geram direta e indiretamente a inclusão social de aproximadamente 4,5 mil pessoas, circulando um capital anual de, aproximadamente, R\$ 10 milhões.

## TURISMO

O turismo é uma alternativa de desenvolvimento de cidades, regiões e países. O setor e toda sua cadeia produtiva colaboram com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, por permitir uma intersectorialidade entre cultura, inclusão social, meio ambiente, segurança pública, educação, esporte e desenvolvimento regional. O turismo, portanto, é um caminho para a redução do principal vetor da violência que é a desigualdade social e contribui, em especial, para a preservação dos bens naturais, histórico e culturais, permitindo à sociedade, a apropriação de legado, preservação de suas raízes e fortalecimento da identidade do destino turístico.

Rio Branco possui muitos atrativos turísticos, tem um rico valor histórico cultural e patrimonial e é a cidade indutora do turismo para os demais municípios do Estado. A proximidade com o Peru que, em 2019, recebeu 4,4 milhões de turistas, gerando US\$ 3,9 milhões de divisas do turismo receptivo (MINCETUR, 2019), confere a Rio Branco uma posição estratégica.

No que tange ao cenário global atual, a indústria do turismo é uma das economias mais afetadas pela Pandemia da Covid-19. Todos os países e destinos turísticos, estruturados ou não, sentiram os efeitos de uma crise que obriga os empreendimentos a se reinventar e criar novas formas de estimular as atividades que são fundamentais para a economia mundial. Especialistas afirmam que a Pandemia gerou mudanças nos padrões comportamentais devido ao impacto direto do isolamento social, dentre elas está a mudança referente ao setor do turismo.

A oferta de experiências e vivência onde o destino turístico tenha respeito ao ambiente natural e às tradições locais, parecem mais apropriados à nova realidade mundial. Muitos turistas darão preferência para trechos internos e/ou mais próximos. Assim sendo, o turismo se configura como uma oportunidade de desenvolvimento único e ser alavancado de forma especial na cidade de Rio Branco.

## PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Ampliar a aplicação dos instrumentos previstos na “Lei de Liberdade Econômica” no âmbito da gestão municipal;
- Consolidar o comércio no Aquiry Shopping, por meio da formalização de 504 empreendimentos, promovendo a inclusão produtiva e geração de renda, ofertando produtos e serviços para população de Rio Branco;
- Consolidar a integração da REDESIM para a renovação de alvarás de funcionamento;
- Revitalizar a infraestrutura do Parque Industrial e Distrito Industrial;
- Ampliar e fortalecer o programa de capacitações junto às associações, agricultores familiares, produtores,



comerciantes em mercados, feiras e na Ceasa Rio Branco, tendo como temas prioritários: acesso às linhas de crédito junto às instituições bancárias, empreendedorismo e legalização de atividades comerciais para o Microempreendedor Individual (MEI);

- Ampliar o programa de uso sustentável de vazios urbanos, programa que gera oportunidade de trabalho e renda, e garante segurança alimentar e nutricional;
- Dinamizar o Centro de Artesanato Municipal, como um local de desenvolvimento de designs e produção de artesanatos com matéria prima da floresta, visando incrementar e diversificar os produtos comercializados nas Feiras de Economia Solidária, e ainda, consolidá-lo como referência na formação de artesãos;
- Ampliar o Programa de Feiras Regionais de Economia Solidária, como canal de divulgação e comercialização dos trabalhos desenvolvidos pelos empreendimentos de Economia Solidária, resultando em um incremento de renda no curto prazo, por meio do mercado justo e consciente, pois valoriza a cultura local e cria laços entre os cidadãos;
- Ampliar o atendimento a empreendedores de todos os portes, com orientações para abertura de empresas de baixo risco, acesso ao microcrédito, capacitação e busca de novos mercados;

#### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Criar Programa RB Empreende, envolvendo orientações técnicas, qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo, visando a inclusão produtiva, a inovação e a diversificação de produtos e mercados, incluindo startups, micro e pequenos empresários;
- Firmar parcerias/convênios com universidades para o desenvolvimento de projetos de inovação;
- Implantar o Programa de Compras Governamentais adotando critério de credenciamento, com previsão de benefícios do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas (Lei nº 123/2006);
- Realizar feiras e eventos que promovam o intercâmbio de experiências exitosas de Economia Solidária em âmbitos nacional e internacional, incluindo Feiras de Troca Solidária, para promover a economia não financeira de produtos e serviços;
- Instalar Centros de Atendimento ao Turista (CAT), que visa o atendimento direto ao turista que visita a Capital, promovendo os atrativos turísticos, linhas de produtos turísticos e coleta de informações de partida e destino, na Praça Central, Shopping Aquiry e Rodoviária.
- Realizar o inventário do setor turístico e elaborar o Plano Municipal de Turismo de Rio Branco;
- Criar o Observatório do Turismo, criando um banco de dados do setor que subsidiará tomada de decisões e planejamento para o setor;
- Implantar um programa de fortalecimento da rota turística Conheça Rio Branco, este envolverá rotas



urbanas e rurais de turismo, que divulgará a história da Cidade e do Estado, assim como a vivência da cultura das comunidades rurais, comunidades religiosas e a importância da conservação e preservação ambiental, aproximando a população urbana e rural, além de gerar renda;

- Criar novos eventos públicos em parceria com instituições ou iniciativa privada em períodos de baixa temporada com vistas a melhorar a ocupação hoteleira e fomentar a gastronomia, o artesanato, o comércio local, atividades esportivas, parques e as empresas prestadoras de serviços turísticos.

### 3.5. PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR

Rio Branco tem 98% de seu território em área rural, sendo 65% desta paisagem coberta por floresta. O último censo agropecuário (IBGE, 2017) mostra que o Município possui 4.106 estabelecimentos agropecuários, dos quais 3.075 (75%) são da agricultura familiar, demonstrando a importância deste segmento na produção de alimentos, para o desenvolvimento socioeconômico local e para a promoção da segurança alimentar e nutricional da população urbana e rural. A maioria, se encontra nos 14 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, nos 7 Polos Agroflorestais e nas Unidades de Conservação de Uso sustentável.

Apesar dessa importância, apenas 24% dos produtores realizam algum tipo de beneficiamento da sua produção, em sua maioria (62%) beneficia a mandioca; os dados mostram que a agroindustrialização no Município ainda pode avançar muito.

Com tamanha importância, a Agricultura Familiar tem recebido especial atenção na gestão da Prefeita Socorro Neri. Nesse ponto, destaca-se a melhoria de 315 km/ano, em média, de ramais no período de 2018 a 2020, além da construção de 32 pontes na zona rural, sendo duas em concreto e estrutura metálica.

Outras ações essenciais para o fortalecimento da Agricultura Familiar foram implementadas, dentre elas, destacamos: a disponibilização de patrulha mecanizada agrícola voltada para mecanização e abertura de ramais; a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); a aquisição de veículos para escoamento da produção, visando melhorar o processo de produção agrícola.

Em relação a mecanização agrícola foram trabalhados 1.311 hectares no período de 2018 a 2020, beneficiando a produção familiar; 2,2 mil atendimentos em Assistência Técnica e Extensão Rural, junto a produtores rurais; além de 47 mil atendimentos junto aos produtores e comerciantes, visando a comercialização de produtos da agricultura familiar, com destaque para as 42 feiras organizadas pela Prefeitura que acontecem simultaneamente aos fins de semana em bairros da Cidade.

Além das feiras de bairros, a rede de comercialização da produção rural do Município conta com 11 mercados e com a Central de Abastecimento (CEASA), sendo que no ano de 2020, dois novos mercados foram entregues à população, o mercado do Bairro Manoel Julião e o mercado do Benfica.

A estratégia de apoio à agricultura familiar, conferiu ao Município, o Prêmio Nacional Cidades Sustentáveis 2019, destinado a municípios que desenvolvem políticas públicas que promovam a redução das desigualdades. Rio Branco ficou em 1º na categoria Desigualdade Econômica. A premiação é uma iniciativa do Programa Cidades Sustentáveis, Oxfam Brasil, em parceria com a Associação Brasileira de Municípios e Frente Nacional de Prefeitos.

Outra contribuição importante diz respeito a uma ATER diferenciada, com apoio técnico e tecnológico que promove a adoção de práticas que contribuem para a redução do desmatamento e uso sustentável da propriedade rural, reduzindo assim os riscos dos incêndios florestais e o desmatamento, medidas importantes para o enfrentamento das mudanças climáticas e valorização dos serviços ambientais da floresta.

Os dados mostram que este setor precisa de um olhar especial para potencializar seu crescimento, porém atento ao objetivo de eliminar a pobreza, promover segurança alimentar, o bem-estar, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

O bem-estar das comunidades e famílias rurais perpassa pela visibilidade e importância da participação de mulheres e dos jovens na transformação dos sistemas produtivos. Para isto é preciso reduzir a desigualdade de gênero e aumentar a permanência de jovens no meio rural, através de apoios e incentivos.

Por último, a Agricultura Familiar também deve ser vista como promotora da cultura, da melhoria e reprodução do modo de vida, da saúde, lazer e educação, criando um ambiente de bem-estar e boa qualidade de vida.

### **PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS**

- Fortalecer o Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas cadeias produtivas prioritárias;
- Fortalecer o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, com foco da erradicação da fome;
- Ampliar e qualificar espaços públicos de comercialização de produtos e serviços da Agricultura Familiar, resultando na modernização dos mercados, das feiras livres de bairro e da Ceasa;
- Melhorar a infraestrutura viária de escoamento de produção, além de apoiar os produtores com transporte para feiras livres, CEASA e mercados municipais;
- Ampliar o Termo de Cooperação Técnica com instituições de pesquisa para incorporar mais tecnologia e inovação ao meio rural rio-branquense, a exemplo do que já existe com a Embrapa/AC.

### **NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES**

- Criar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, visando ampliar a participação e controle social em políticas públicas;

- Incentivar o cooperativismo e associativismo, por meio parcerias, visando melhoria na produção, beneficiamento e comercialização;
- Construir os mercados municipais nas regionais Calafate e São Francisco, ambos com projetos elaborados e recursos garantidos;
- Recuperar e incluir novas áreas no processo produtivo familiar com ênfase numa ampla estratégia de mecanização, adubação e calagem com manejo de solos adequados para a região amazônica;
- Implantar o Programa de Valorização dos Recursos Naturais, visando facilitar acesso a incentivos econômicos e valorizar o ativo florestal das pequenas propriedades e Unidades de Conservação, por meio de ações que reconheçam os serviços ambientais dos sistemas produtivos sustentáveis, criando a possibilidade de remuneração a partir dos serviços globais prestados;
- Incentivar o uso de biodigestores e placas solares para a geração de energia na zona rural;
- Criar o Programa RB Rural de apoio ao pequeno produtor, promovendo a capacitação para produção e comercialização, acesso ao microcrédito, por meio da articulação entre produtores e instituições, e incentivo às agroindústrias, visando agregar valor à produção, modernizando e qualificando os produtos;
- Construir o Abatedouro Municipal, com espaço adequado para o abate de bovinos, visando atender a pequena produção da pecuária de corte, melhorando as condições de processamento e comercialização no mercado local;
- Implantar o Programa Turismo Rural Sustentável, para dar visibilidade à forma de vida das comunidades rurais, oportunizando ao turista o conhecimento que os agricultores e extrativistas possuem na conservação e preservação ambiental, como também nos seus sistemas produtivos, além de sua cultura e religiosidade.





# EIXO 4

## As Parcerias



O relacionamento direto entre a Prefeitura, o cidadão e a melhoria da gestão municipal são os temas integrantes deste Eixo. A governança envolve as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc.), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento das diversas unidades municipais.

Este eixo objetiva promover uma maior efetividade dos diversos canais de comunicação e desenvolver novas estratégias para envolver e engajar mais o cidadão nas ações da Prefeitura, além do tema de ordem pública. Também aborda questões necessárias ao bom funcionamento da administração municipal, como a melhoria dos processos de gestão (fiscal e administrativa) e a capacitação de servidores.



## 4.1. GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

O conceito de Governança se fundamenta na articulação entre o sistema político-administrativo, que rege o processo decisório na esfera pública, e os diferentes atores sociais dos territórios municipal, estadual ou federal. Neste sentido, Governança engloba a forma como o território se organiza politicamente e a participação dos diferentes segmentos da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão. Uma gestão moderna e democrática deve combinar as diretrizes político-partidária do governante com mecanismos de atuação direta da sociedade nas decisões administrativas, sempre respeitando a diversidade e construindo instrumentos que fomentem a igualdade em diferentes níveis.

A boa governança objetiva modificar, gradualmente, a concepção de "poder público" para "serviço público", a fim de que se estabeleçam, cada vez mais, parcerias entre governo e cidadãos. O diálogo entre os gestores públicos e a sociedade será bem-sucedido na medida em que incluir o maior número de setores civis, como ONGs, empresas, associações, sindicatos, universidades, meios de comunicação, entre outros.

Além disso, a governança deve contemplar a transparência, a prestação de contas e o livre acesso às informações da gestão pública. A transparência proporciona acesso a todas as informações relativas à organização pública, sendo um dos requisitos de controle do Estado pela sociedade civil. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações de órgãos e entidades com terceiros.

Rio Branco vem, de forma muito célere, se aperfeiçoando nesta área e já conta com reconhecimento nacional, classificada em 9º lugar, entre as capitais brasileiras, no quesito transparência, conforme classificação e ranking Escala Brasil Transparente 360º da Controladoria Geral da União (CGU, 2018).

O município de Rio Branco avança na direção do estabelecimento desses mecanismos para uma administração transparente e íntegra, quando por meio da reforma administrativa implementada em 2018 ampliou os órgãos de controle permanente, criando a Corregedoria-Geral do Município (COGEM) e a Ouvidoria Geral do Município (OGM), vinculados à Governadoria Municipal, que junto com a Controladoria-Geral do Município (CGM) formam um conjunto de esforços articulados para o cumprimento da missão no combate à corrupção e à impunidade na Administração Pública Municipal.

O acesso à informação, garantia constitucional, ampliou-se com o advento da Lei Federal nº 12.527/2011, possibilitando que a sociedade acompanhe a execução das políticas públicas. A gestão Socorro Neri prioriza a efetividade das políticas

públicas de maneira comprometida com a legalidade das ações, moderna e ágil, buscando uma atuação renovada e transparente, direcionada à resolutividade, responsabilidade na comunicação e qualidade de atendimento aos cidadãos. No site da Prefeitura está hospedado o Portal da Transparência que disponibiliza todas as informações sobre a gestão, bem como o Portal da Transparência Covid19, haja vista a situação de calamidade pública estabelecida em função da pandemia.

A forma como a Prefeitura de Rio Branco vem atuando na Pandemia, lhe conferiu a 2ª melhor nota entre as capitais brasileiras no ranking da Transparência no Combate à Covid19, conforme classificação da Transparência Internacional - organização-não-governamental especializada em temas anticorrupção - indicando a Prefeitura tem cumprido suas obrigações de transparência de forma "ótima" (Transparência Internacional, set/2020).

O combate à impunidade e à corrupção é uma das estratégias da boa governança e fomenta o resgate na confiança nas instituições públicas, devendo ser um esforço compartilhado não somente dos poderes constituídos, mas de diversos atores sociais do setor privado, da sociedade civil e dos indivíduos em todas as etapas do processo político e de execução de políticas públicas.

Essa abordagem perpassa toda a gestão pública municipal e não somente os órgãos de controle permanente, daí a necessidade do comprometimento da alta administração.

### PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Fortalecer o Sistema de Gestão de Riscos e Controle Interno no monitoramento e avaliação, a fim de assegurar sua eficácia, contribuindo para a melhoria do desempenho organizacional do Município;
- Fortalecer a política de Governo Aberto, ampliando a disponibilidade de informações sobre a gestão, promovendo a participação cidadão, estimulando elevados padrões de integridade e incentivando a inovação e adoção de novas tecnologias para prestação de contas;
- Fortalecer os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da gestão dos diversos órgãos municipais, especialmente quanto ao alcance de metas pactuadas com a sociedade por meio deste Plano de Governo, e ainda os indicadores e metas daqueles que integrarão o Plano Plurianual 2022-2025;
- Fortalecer a Ouvidoria Municipal de forma a garantir o recebimento de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios direcionados ao Poder Executivo Municipal e encaminhá-los, conforme a matéria, ao órgão ou à entidade



competente, visando garantir sua efetividade;

- Fortalecer o programa de capacitação dos servidores/gestores nos temas de governança e transparência;

- Fortalecer a Corregedoria Municipal;

Efetivar o funcionamento da Comissão Municipal para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Município de Rio Branco, criada pelo Decreto Municipal nº 1.217/2018.

### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Criar conselhos populares nas regionais administrativas de Rio Branco, de forma a ampliar as práticas de democracia participativa;
- Criar o Programa Conecta Cidadão para facilitar a comunicação entre a Prefeitura e os cidadãos, sociedade civil e empresarial para participar de forma efetiva na prestação dos serviços municipais;
- Implantar a Carta de Serviços ao Usuário de Serviços Públicos.
- Implantar o Programa de Integridade Pública no Poder Executivo Municipal como uma das estratégias para fortalecer o combate à corrupção no setor público e fomentar a confiança na governança pública.

## 4.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL

A Prefeitura de Rio Branco tem investido na modernização administrativa, trabalhando com transparência e planejamento, visando a melhoria dos serviços ofertados à população, destacamos as ações que no período de 2018 a 2020 contribuíram para esta melhoria:

- Reestruturação administrativa, reduzindo 12 órgãos, 132 cargos comissionados e funções comissionadas, permitindo uma economia anual de mais de R\$ 12 milhões
- Contratação de 693 servidores efetivos, além de 225 profissionais da educação concursados, aguardando término da Pandemia para concluir contratação;
- Implantação do Centro de Referência do Servidor, que ofereceu cursos, palestras e oficinas para 1.589 servidores;
- Implantação do sistema informatizado de abastecimento de combustível com o uso de Cartões Magnéticos que permite um melhor gerenciamento e controle das frotas de veículos, proporcionando centralidade nos gastos e redução de custos.

Uma das principais marcas da gestão da Prefeita Socorro Neri é a gestão fiscal eficiente e eficaz. Rio Branco evoluiu em todos os aspectos que envolvem a gestão fiscal, desde o cumprimento das diretrizes de responsabilidade fiscal, garantindo os repasses às áreas prioritárias conforme os ditames constitucionais, até o volume de investimentos e racionalização do erário público. Essa forma de governar foi responsável por fazer com que, em tempos de crises (econômica e sanitária), Rio Branco tenha sido uma das poucas capitais brasileiras que conseguiu seguir investindo com recursos próprios e, conseqüentemente, trabalhou para a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Na gestão da Prefeita Socorro Neri, Rio Branco posicionou-se, em 2020:

- em primeiro lugar no ranking das capitais brasileiras com melhor saúde financeira. No levantamento da Consultoria Tendências, Rio Branco ficou com a nota 9,06, seguida pelas cidades de Palmas (TO) e Boa Vista (RR), todas três governadas por mulheres;
- em terceiro lugar entre as capitais da Região Norte em relação ao seu desempenho fiscal, conforme o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que mede a performance fiscal de todos os municípios brasileiros. A avaliação da capital acreana, foi elevada para 0,7390 que a categoriza como uma Gestão de Excelência;



- entre as cinco capitais brasileiras com TRIPLO A, classificando-a com Gestão de Excelência, na nota CAPAG – Capacidade de Pagamento, índice oficial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia que classifica a saúde fiscal dos municípios.

Os resultados refletem o compromisso da gestão Socorro Neri, com o equilíbrio das contas públicas e a implantação da cultura da responsabilidade fiscal como condição básica para a boa governança do Município. Um novo mandato seguirá a mesma linha da fiel observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o cumprimento rigoroso dos limites prudenciais de gastos, fincado na austeridade, agindo com seriedade e rigor na aplicação dos recursos públicos.

### PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Fortalecer os Programas IPTU dá Prêmios e Nota Premiada, de forma a estimular o contribuinte a exercer seu direito de cidadão;
- Fortalecer os mecanismos para agilizar a emissão de HABITE-SE;
- Fortalecer o Programa de Educação Fiscal, estimulando uma atuação consciente do cidadão, desde a infância, para a melhoria das condições sociais vigentes, aproximando o cidadão da gestão pública;
- Revisar a tabela salarial dos servidores municipais, com vista ao reajuste salarial;
- Fortalecer o Centro de Referência do Servidor nas ações de formação continuada e saúde e qualidade de vida dos servidores municipais.

### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Revisar o Código Tributário Municipal;
- Revisar a Planta Genérica de Valores;
- Revisar o Cadastro Imobiliário Municipal, por meio do mapeamento da Cidade, através de imagens aerofotogramétricas capturadas por drone;
- Criar o IPTU Verde, visando incentivo fiscal para proprietários de imóveis arborizados, assim como aqueles que adotam energias sustentáveis;
- Normatizar e implantar o SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos), permitindo a captura, tramitação, a utilização e o arquivamento dos processos municipais em formato totalmente digital, bem como

digitalização de 100% do arquivo central;

- Elaborar o diagnóstico do Município com indicadores do Programa Cidades Sustentáveis e ODS, tendo como referências: a erradicação da miséria; a inclusão social; a redução das desigualdades regionais e sociais; a promoção dos direitos humanos; a preservação do meio ambiente; o combate à poluição; a universalização dos serviços públicos; e a observância da transparência e da ética na gestão pública;
- Elaborar o Mapa da Desigualdade de Rio Branco, conforme compromisso assumido com o Programa Cidades Sustentáveis;
- Implantar ferramenta de transmissão ao vivo, via internet, dos procedimentos licitatórios;
- Implantar o RB Almoxarifado Virtual de materiais de expediente e suprimentos de informática.



### 4.3. CIDADE INTELIGENTE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O termo “cidades inteligentes” (smart cities) nasceu há cerca de vinte anos. Na época, o setor de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) começou a perceber as cidades como um grande mercado a ser explorado. Foi quando surgiu a oferta de soluções para melhorar a prestação de serviços urbanos e o conceito foi se transformando, havendo a necessidade de unificar o termo.

O ambiente governamental também é afetado pelo caráter variável do termo “cidades inteligentes”. É comum o termo ser questionado, resignificado ou super adjetivado, desta forma, reconheceu-se a importância de existir um conceito unificador para estruturar as atuações: um conceito que seja capaz de lidar com a complexidade da transformação digital nas cidades.

Desde 2019, os ministérios das Comunicações, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Regional, por meio de um projeto denominado Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS), o qual é integrado pela Prefeitura de Rio Branco vem trabalhando para ter um conceito brasileiro para Cidades Inteligentes.

Assim, o projeto ANDUS lançou em setembro de 2020 o conceito brasileiro para “cidades inteligentes”:

**CIDADES INTELIGENTES** são cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural, que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem o letramento digital, a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.

Sendo este, portanto, o conceito que o Plano de Governo Socorro Neri & Eduardo Ribeiro adota. Neste tema, foram elencadas algumas propostas, mas em vários outros temas já foram incluídas ações que, somadas, se constituirão nas ferramentas/soluções digitais que integrarão a Cidade Inteligente que queremos, de modo a realizar a transformação de uma prefeitura eletrônica para prefeitura digital.

Rio Branco investiu, nestes últimos dois anos, na ampliação da infraestrutura necessária para viabilizar essa transformação digital, implantando mais de 40 km de fibra óptica, interligando 59 unidades administrativas municipais, implantou o datacenter corporativo; aumentando a capacidade de

processamento e armazenamento de dados (hiperconvergência). Além disso, vem aprimorando seus serviços, colocando-os à disposição da sociedade por meio de ferramenta que facilitam, agilizam e conferem transparência aos serviços municipais, disponibiliza 56 serviços ao cidadão de forma on line, adota Business Intelligence (BI) na inteligência fiscal; disponibiliza Wifi social em espaços públicos.

#### PROGRAMAS A SEREM CONSOLIDADOS/AMPLIADOS

- Revisar e integrar as bases territoriais do Município (cartográfica, imobiliária e multifinalitária) com os sistemas de informações geográficas locais;
- Reestruturar o Portal da Prefeitura de Rio Branco, garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência sensorial, a integração dos sistemas de comunicação institucional e maior homogeneidade entre os sítios das unidades municipais;
- Expandir a infraestrutura de conectividade de alta velocidade nos prédios públicos, incluindo escolas, unidades básicas de saúde e assistência social;
- Ampliar os meios de pagamentos digitais para vários serviços públicos e tributos municipais.

#### NOVOS PROGRAMAS E AÇÕES

- Instituir o Calendário RB Inteligente de inovação tecnológica, por meio da realização de jogos (gamificação) e maratonas de programação (hackathons);
- Criar o Programa ConnectCidade, ampliando os pontos de acesso WiFi incentivando redes compartilhadas e comunitárias, parcerias com o setor privado, comunidades e organizações da sociedade civil, buscando garantir que uma maior parcela da população tenha acesso à internet.



#### 4.4. SEGURANÇA

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado Brasileiro, direito e responsabilidade de todos. Sendo uma responsabilidade de todos, cada esfera governamental tem o compromisso de realizar investimentos para melhorar esta área.

Cabe ao governo federal a responsabilidade em executar o policiamento das fronteiras e o combate do tráfico internacional e interestadual de drogas, além do patrulhamento das rodovias federais.

Os governos estaduais e Distrito Federal são responsáveis pelo policiamento ostensivo, aquele que produz na população uma percepção de segurança, além da manutenção e organização das polícias militar e civil, assim como dos outros órgãos que investigam os crimes comuns.

Por sua vez, o governo municipal pode desenvolver ações de prevenção à violência: a atenção primária. A partir do conhecimento dos problemas de segurança da Cidade, o ente municipal deve planejar, implementar, monitorar e avaliar projetos que tenham o objetivo de prevenir o crime e reduzir o sentimento de insegurança dos seus cidadãos. Uma boa manutenção da cidade contribui para a inibição da criminalidade.

Os municípios também podem criar Guarda Municipal, que tem como principal função proteger o patrimônio público da cidade, sendo que desde 2014 às atribuições da Guarda Municipal passaram a ir mais além do que só proteger o patrimônio público. Mas a Prefeitura de Rio Branco, sopesando o custo de oportunidade em implantar uma Guarda Municipal e o de investir mais recursos na área de educação, saúde ou assistência social, por exemplo, priorizou o investimento nestas áreas.

Considerando o papel do Município de prevenção na Segurança pública, a gestão municipal vem atuando na redução das vulnerabilidades sociais, através de políticas efetivas nas áreas da infância e juventude, esporte, lazer, cultura e assistência social, voltadas à construção de uma cultura de paz e ambientes saudáveis e seguros.

A Prefeitura tem implantado o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) que se constitui em uma instância que viabiliza o desenvolvimento de ações de prevenção e repressão ao crime de forma integrada entre as polícias, o Judiciário, o Ministério Público, o sistema de cumprimento de penas privativas de liberdade e medidas socioeducativas, se constituindo em uma Rede de Proteção Social.

Outra ação que merece destaque é a parceria com o Governo do Estado, por meio de convênio com a Polícia Militar, que consiste no ressarcimento do pagamento de Banco de Horas de policiais militares, possibilitando a realização da segurança patrimonial de espaços municipais e execução de ações/operações de fiscalização de competência do município, visando a prevenção, proteção aos cidadãos, preservação do patrimônio público e melhoria da segurança pública, contribuindo para a manutenção da ordem e a segurança.

Em face disso e considerando as

peculiaridades locais, a experiência e conhecimento de quem vive o dia a dia no território, pretende-se assegurar e ampliar a participação popular no processo democrático, garantindo seus direitos, fortalecendo seus deveres e colaborando no trabalho conjunto no cuidado da Cidade e de seus cidadãos.

#### AÇÕES

- Fortalecer ações de segurança primária, por meio da recuperação das vias urbanas e rurais, da iluminação pública, incentivo às atividades culturais, esportivas, educacionais, assistência social, inclusão produtiva com ênfase na juventude, como meios de reduzir a vulnerabilidade social;
- Fortalecer a Rede de Proteção Social, por meio da ampliação das parcerias entre as polícias Civil e Militar, o Judiciário, o Ministério Público, o sistema de cumprimento de penas privativas de liberdade e medidas socioeducativas;
- Implantar Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), como forma de democratizar as decisões através da participação popular nos problemas de segurança pública. Os CONSEGs serão espaços onde as pessoas podem sugerir, analisar, discutir, planejar e acompanhar ações que visem minimizar os problemas locais que têm reflexo na segurança.



## 4.5. PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social é a garantia de que o servidor e sua família possam ter um sistema público de proteção ao risco social, com uma política previdenciária solidária e sustentável.

O município de Rio Branco, a partir de uma visão de valorização dos servidores públicos municipais, no ano de 2009, criou o Regime Previdenciário Municipal, por meio da Lei nº 1.793/2009. Este ato garantiu aos servidores efetivos e seus dependentes os benefícios previdenciários estabelecidos por Lei, que passaram a ser concedidos e mantidos pelo Município, estabelecendo aos servidores, que ingressaram no serviço público antes da Reforma da Previdência de 2003, garantias às regras de transição da paridade e integralidade.

Em 2013, buscando fortalecer ainda mais a gestão dos recursos previdenciários, foi criado o Instituto de Previdência do Município de Rio Branco (RBPREV), sob a forma de Autarquia, com autonomia administrativa e financeira, para exercer as atividades de arrecadação, fiscalização e administração das contribuições e o pagamento das aposentadorias dos servidores, bem como realizar o acompanhamento e o cuidado com os aposentados do Município.

A autarquia previdenciária vem aprimorando a gestão, de modo que desde sua criação tem o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) emitido pela União, atestando ao município de Rio Branco, o cumprimento de todos os critérios da legislação previdenciária e o equilíbrio financeiro e atuarial.

No cumprimento da reforma previdenciária e em decorrência do § 4º do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, o Município cumpriu o único comando obrigatório da reforma previdenciária, alterando a alíquota de contribuição dos servidores para o percentual mínimo permitido de 14% e, no ensejo, fez adequações na legislação municipal referentes à concessão e manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores, destacando-se, dentre outros, a alteração da idade do filho(a) pensionista de 18 anos para 21 anos e a possibilidade do servidor optar por contribuir sobre verbas de cargo em comissão ou função gratificada.

Em 2020, o RBPREV recebeu a certificação institucional estabelecida pela Secretaria Especial de Previdência Social, do Ministério da Economia, após verificar as atuais práticas de gestão do RPPS de Rio Branco, tornando-se uma referência para outros regimes quanto as boas práticas de gestão administrativa, sendo avaliado os procedimentos de concessão de benefícios, os mecanismos de transparência e divulgação das informações, o cumprimento das metas dos investimentos, as políticas de valorização dos segurados, entre outras práticas do RBPREV.

### AÇÕES

- Implantar a sede do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco (RBPREV), ora em fase de licitação - que se constituirá em um espaço de integração para os servidores ativos e aposentados do Município, além de se viabili-

zar como uma possibilidade de gerar rendimentos para o Fundo Previdenciário, por meio da valorização imobiliária e de alugueis de espaços não utilizados pela Autarquia;

- Fortalecer o Programa de Bem com a Vida Sempre que disponibiliza atividades de saúde, entretenimento, finanças pessoais, capacitação em informática, entre outros serviços, promovendo integração e interação social aos aposentados.
- Realizar a contratação de servidores para o quadro efetivo do RBPREV, por meio de concurso público, de forma a garantir a continuidade dos serviços com profissionais qualificados na matéria específica de previdência pública;
- Regulamentar a aposentadoria especial para os servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos e prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, nos termos do § 4º, item C da Constituição Federal.



“ O Plano de Governo da Prefeita Socorro Neri não é um mero caderno de promessas! Trata-se de um compromisso com a população, de melhorias concretas para o nosso povo. E ele está respaldado pelo importante trabalho que a prefeita já realizou nestes dois anos. No momento de crise sanitária, crise econômica, muitas coisas foram feitas. Eu tenho certeza que tempos melhores virão!

**JENILSON LEITE**

Presidente do Diretório Municipal do PSB

A Prefeita Socorro Neri fará a Rio Branco preparada para o futuro. Nossa Capital inova-se em qualidade de vida, e a competência técnica é a principal qualidade da nossa gestão. Eduardo Ribeiro intensifica a visão de valorização da construção coletiva e capaz, adjunto ao desempenho da PMRB dos próximos anos que é valorizar ideias e oportunidades.

**JEFERSON BARROSO**

Presidente da Executiva Municipal do PDT

O DEMOCRATAS, com senso de responsabilidade, justiça social e compromisso com o desenvolvimento, reconhece o trabalho realizado pela Prefeita Socorro Neri à frente da Prefeitura de Rio Branco, portanto, dedicará apoio incondicional à sua reeleição, a fim de garantir a continuidade dos bons serviços prestados nas mais diversas áreas da Gestão Municipal à população de Rio Branco.

**FRANCINEUDO COSTA**

Presidente do Diretório Municipal do DEMOCRATAS

O SOLIDARIEDADE defende uma Rio Branco humanista, uma gestão de diálogo e cooperação. Por isso apoiamos a chapa Socorro Neri e Eduardo Ribeiro. É preciso implantar políticas públicas que possam fornecer condições mínimas para que a população desenvolva sua vida com dignidade, como a universalização do acesso a sistemas de abastecimento de água, esgoto e saneamento básico, com políticas de inclusão para os jovens, fim dos lixões e investimentos de infraestrutura urbana sustentável.

**VANDA MILANI**

Deputada Federal do SOLIDARIEDADE

O planejamento e a construção coletiva são fundamentais para o sucesso de uma gestão, a forma coletiva e democrática como o Plano de Governo Socorro Neri & Eduardo Ribeiro foi elaborado, converge com os princípios basilares do nosso Partido: a transparência, a participação e a democracia. Juntos PODEMOS fazer uma Rio Branco melhor.

**OTENIEL ALMEIDA**

Presidente do Diretório Municipal do PODEMOS

O Partido Verde (PV) de Rio Branco acredita que o programa de ação que foi construído coletivamente para nortear a nova gestão da Prefeita Socorro Neri, representa um compromisso que estamos assumindo com nossa população de, ao final, entregarmos uma cidade mais justa, solidária, próspera e sustentável.

**PEDRO LONGO**

Presidente do Diretório Municipal do PV

O Partido Republicano da Ordem Social (PROS) resolveu se alinhar ao projeto político de preparar Rio Branco para o futuro. A reeleição da prefeita Socorro Neri será nosso primeiro empenho e nossa principal prioridade. Sabemos que as novas gerações precisam de uma cidade preparada para acolher a todos, principalmente nas áreas de produção, saúde, educação e mobilidade urbana.

**FERNANDO MELO**

Presidente da Executiva Municipal do PROS

O PTC manifesta seu total e incondicional apoio à candidatura da prefeita Socorro Neri & Eduardo Ribeiro. Estamos lisonjeados pela oportunidade de participar e colaborar com o debate político e com as melhorias que queremos para Rio Branco.

**JUNIOR SANTIAGO**

Presidente do Diretório Estadual do PTC

”





# PLANO DE GOVERNO

SOCORRO NERI & EDUARDO RIBEIRO

2021 / 2024

UNIÃO POR RIO BRANCO

